

MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

CONTRIBUTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA:

**O IMPACTO SOCIAL DO COMÉRCIO JUSTO EM GRUPOS DE
ARTESÃOS NO PERU**

SÓNIA SIMÕES DA COSTA

OUTUBRO - 2018

MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**CONTRIBUTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
O IMPACTO SOCIAL DO COMÉRCIO JUSTO EM GRUPOS DE
ARTESÃOS NO PERU**

SÓNIA SIMÕES DA COSTA

ORIENTAÇÃO:
PROFESSOR DOUTOR ROGÉRIO ROQUE AMARO

OUTUBRO - 2018

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Rogério Roque Amaro agradeço a orientação, motivação, disponibilidade e apoio. Agradeço todo o conhecimento transmitido que tanto me guiou durante todo o processo de preparação e elaboração da presente dissertação.

À Associação *Bridge of Hope – Red Uniendo Manos* no Peru apresento a minha gratidão por me receberem de forma imediata e com tremenda confiança, por me guiarem até aos artesãos e pela partilha profunda de todas as experiências e conhecimentos, em especial à responsável Daniela Gamarra.

Agradeço a cada um dos artesãos que fez parte da composição do estudo de caso pela disponibilidade, por me receberem da melhor forma possível nas suas casas ou nos seus *workshops*, por partilharem com entusiasmo o seu trabalho, as matérias-primas, a sua cultura, tradições e ainda as suas famílias. Agradeço a confiança depositada e toda a preocupação pelo meu bem-estar durante toda a investigação.

Aos meus amigos peruanos e aos que conheci durante o processo, agradeço o apoio e ajuda num país que não era o meu.

À equipa da *European Association of Young Educators* agradeço a compreensão e apoio.

Aos meus amigos que partilharam comigo todos os passos, agradeço o apoio incondicional e a motivação incansável até à reta final. Agradeço aos que partilharam comigo o percurso académico e aos que me têm acompanhado sempre nos momentos mais difíceis e nos momentos de companheirismo, alegria e celebração.

Por último e considerando que não conseguiria terminar o processo sozinha, gostaria de agradecer à minha família por acreditarem em mim em qualquer momento. À minha irmã pelo rigor, pela assistência incessante e pela paciência. Ao meu pai agradeço a figura constante de apoio, e em especial à minha mãe, por partilhar cada passo com uma alegria inesgotável.

Glossário

BV – *Buen Vivir*

CJ – Comércio Justo

ES – Economia Solidária

GATT - *General Agreement on Tariffs and Trade*

IS – Impacto Social

SEAS – *Social Economic Accounts System*

SROI – *Social Return of Investment*

FLO – *Fairtrade Labelling Organization International*

NEWS! – *Network of European Worldshops*

EFTA – *European Fair Trade Association*

Resumo

À luz do modelo económico vigente, entende-se uma profunda desigualdade, pobreza e carências sociais, onde prevalecem os interesses económicos em detrimento do valor do ser humano na sociedade (Polany, 2016). O comércio internacional provoca um fosso constante entre pobres e ricos e aumenta a dicotomia Norte/Sul. Existe um aumento das tensões e divergências teóricas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, precisamente pelo modelo de desenvolvimento implementado no âmbito internacional, através da perspetiva ocidental, industrial e capitalista. Com o agravamento das problemáticas sociais, económicas e políticas, reconhece-se a importância de modelos económicos alternativos e o uso dos respetivos instrumentos. É através desta realidade que se pretende avaliar o impacto social da prática de Comércio Justo (CJ) em grupos de artesãos no Peru, o que implica um estudo de caso no terreno e deslocação de Portugal para a América Latina. Assim sendo, a presente análise tem como objetivo o enquadramento teórico da Economia Solidária (ES), na exploração do uso do CJ como instrumento para alcançar uma melhoria na qualidade de vida dos artesãos de têxtil. Esta visão fundamenta-se na visão do *Buen Vivir* (BV), defensor do respeito mútuo entre seres humanos, equilíbrio com o meio ambiente, respeito pelas culturas indígenas e técnicas ancestrais, centrado no cariz social ao invés da dimensão económica. Apresenta-se como uma teoria de pós-desenvolvimento (Acosta, 2009; Amaro, 2018).

Através dos resultados obtidos e apesar da composição do caso de estudo ser diminuta, entende-se um impacto positivo da prática de CJ no âmbito de melhoria de rendimentos dos artesãos, o que gera, consequentemente, melhoria de habitação, aumento de poder de compra, entre outros. Todavia, existem indicadores de descontentamento e problemáticas que servem como sugestões para alterações e recomendações. A análise centraliza o conceito de BV e sugere mudanças. Pressupõe-se ainda uma transformação na sociedade através da ES e uma mudança profunda que coloque o ser humano no centro, com o equilíbrio pelos recursos naturais, respeito pelas culturas e técnicas tradicionais, direitos humanos, empoderamento das mulheres, promovendo a construção de uma sociedade mais igualitária, equitativa e justa.

Palavras-chave: Economia Solidária; Comércio Justo; Impacto Social; *Buen Vivir*.

Abstract

Regarding the current economic model, there is a profound inequality, poverty and social needs. In society, the economic interests prevail over the human's value (Polany, 2016). International trade is the origin of a deep moat between rich and poor and increases the dichotomy North/South. There is also an increase in tensions and theoretical divergences between developed and developing countries, considering the development model implemented in the international arena, through the western, industrial and capitalist perspective. The aggravation of social, economic and political tensions gives now a recognition of the importance of alternative economic models and the use of those instruments. It is throughout this reality that the measuring of the social impact of Fair Trade is important in artisans' groups in Peru, which implies a case study *in loco*. Therefore, the present analysis has the purpose of a theoretical framework on Solidary Economy and how the Fair Trade contributes to an increase on this artisans' life.

This vision is based on the *Buen Vivir* theory which defends the respect between human beings and mother nature, indigenous cultures and ancestors' techniques, focused on the social impact instead of the economic dimension. It is presented as a post-development theory, as an alternative model of development, considered as a failure by some (Acosta, 2009; Amaro, 2018). Through the obtained results and knowing that the demonstration is in a small scale, it is possible to comprehend the positive value of the impact of Fair Trade, in the better income of the artisans group and the consequences of it in their own life (habitational, purchasing power and many other). Nevertheless, there are some complains and discontent which serve as suggestions and improvement recommendations. This analysis centralizes *Buen Vivir*, good life, cultural respect and the return to tradition. It suggests political and economic changes. Changes in the international system in an international way and in local development policies. It suggests also a transformation through Solidarity Economy, a profound change that will put mankind in the center, that respects the natural balance of resources, environment, respect cultures and ancestral craft techniques, Human Rights, women empowerment and promotes a more egalitarian, equitable and fair society.

Key words: Solidarity Economy; Fair Trade; Social Impact; *Buen Vivir*.

Índice

Agradecimentos.....	ii
Glossário	iii
Resumo.....	iv
Abstract	v
I. Introdução	1
II. Revisão de Literatura	3
1. Economia Solidária	3
1.1. Surgimento da Economia Solidária: contexto histórico	3
1.2. Definição do conceito de Economia Solidária	4
2. Comércio Justo.....	7
2.1. Dialética: Comércio Justo como mecanismo da Economia Solidária	7
2.2. Do sistema atual de Comércio Internacional à necessidade de um Comércio Justo ..	8
2.3. Emergência e Definição do Conceito de Comércio Justo	9
2.4. Prática de Comércio Justo: Princípios.....	10
2.5. Benefícios do Comércio Justo para o desenvolvimento.....	11
3. Impacto Social.....	12
3.1. Definição de Impacto Social e a sua importância	12
3.2. Discussão do conceito de Impacto Social no âmbito do Desenvolvimento: Desafios	14
3.3. Alternativas ao Desenvolvimento: <i>Buen Vivir</i>	15
III. Caso de Estudo: Metodologia e Dados	17
1. Metodologia	17
2. Características da composição do estudo de caso	18
2.1. Características da Associação parceira no estudo de caso: <i>Bridge of Hope – Red</i>	
<i>Uniendo Mano</i>	18
2.2. Características dos Grupos de Artesãos	19
2.2.1. <i>Warmipa Makin</i>	19
2.2.2. <i>La Esperanza</i>	19
2.2.3. <i>Llamkay Tuki</i>	20
2.2.4. <i>Tupaq Yupanqui</i>	20
2.2.5. <i>El Mercúrio</i>	20
IV. Análise de Resultados	21
1. Perspetiva da Associação de apoio ao CJ: <i>Bridge of Hope – Red Uniendo Manos:</i>	
<i>Comércio Justo no Peru</i>	21
2. Conceito e princípios de CJ:.....	22

3. Prática de CJ:.....	23
4. Qualidade de vida:.....	24
5. Satisfação e bem-estar:.....	25
V. Conclusões, Contributos e Recomendações.....	27
Referências Bibliográficas	30
Anexos A.....	34
Anexos B.....	36

I. Introdução

A presente dissertação, elaborada no âmbito do Mestrado de Desenvolvimento e Cooperação Internacional, foca três conceitos base: Economia Solidária (ES), Comércio Justo (CJ) e Impacto Social (IS). São desenvolvidas as correlações entre os conceitos e agrega ainda o conceito acessório pós-desenvolvimentista *Buen Vivir*, através da análise de impacto do Comércio Justo no desenvolvimento de determinadas comunidades de artesãos nos andes peruanos.

Pertinência do tema:

O tema apresenta pertinência do ponto de vista científico, social, político e pessoal. No que diz respeito ao ponto de vista científico, contribuirá para o reconhecimento do conceito de ES através das suas dimensões socioeconómicas e sociopolíticas, tendo em conta que questiona a economia atual. Pretende-se igualmente uma clarificação do conceito de CJ como um instrumento da ES. A pertinência do tema evidencia-se na necessidade de reflexão sobre o conceito de ES e as suas características diferenciadoras nos movimentos pós-capitalistas e alternativos. Relativamente ao CJ, interessa uma compreensão acerca do seu surgimento, das suas práticas, benefícios e a importância do conceito nas intervenções públicas (Laville, 2018). É através dos conceitos mencionados que se compreende um movimento alternativo, possibilitando práticas económicas, sociais e políticas que beneficiem o equilíbrio social e o respeito pela dignidade humana (Hespanha & Santos, 2011). Do ponto de vista social, espera-se aferir o contributo do CJ como mecanismo da ES e de que forma as mesmas poderão impactar a vida social dos intervenientes no estudo de caso. Evidenciar-se-á o contributo que o CJ pode ter na melhoria das condições de vida dos artesãos, no desenvolvimento dos países e ainda na cooperação internacional. Consequentemente aponta a importância da ES como um instrumento na luta contra problemas sociais.

Relativamente ao modelo económico vigente, evidenciam-se desigualdades, pobreza e carências na qualidade de vida, onde prevalecem os interesses económicos (Polany, 2016). De frisar que o comércio internacional provoca um fosso constante entre pobres e ricos e aumenta a dicotomia Norte/Sul, sendo através desta realidade que se pretende avaliar o impacto do CJ em determinados grupos de artesãos na América Latina, especificamente no Peru. Através de uma perspectiva dos intervenientes de um país em desenvolvimento espera-se alcançar uma análise do IS, a nível qualitativo. Esta análise poderá representar recomendações na elaboração de políticas

económicas, sociais e políticas, reconhecendo a importância de atividades e movimentos alternativos no âmbito do desenvolvimento local.

A relevância pessoal do tema diz respeito à experiência pessoal no âmbito de voluntariado, no reconhecimento das disparidades profundas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, agregando ainda a vivência, durante um determinado período, no Peru, com o objetivo de focalizar o objeto de estudo da investigação. A presente investigação apresenta pertinência igualmente para um projeto futuro de empreendedorismo social em CJ.

Objetivo e objeto de estudo

O objetivo da presente dissertação constitui a análise do IS da prática do modelo de CJ no Peru, através do enquadramento do conceito de ES e do entendimento da teoria de *Buen Vivir* (teoria alternativa ao desenvolvimento) (Amaro, 2018), tendo em conta que a análise se sustenta nas carências sociais e dicotomia Norte/Sul, associadas ao modelo capitalista (Polany, 2016). Como tal, o objeto de estudo engloba os grupos de artesãos de CJ peruanos, pertencentes à *Red Uniendo Manos* (entidade parceira) e ao movimento *Bridge of Hope*.

O objetivo da dissertação aponta para a seguinte pergunta de partida:

“Qual o impacto social que o modelo de Comércio Justo (instrumento da Economia Solidária) tem na qualidade de vida e no desenvolvimento local de grupos de artesãos do Perú?”

Dificuldades e limitações

A análise apresenta diversos obstáculos e limitações que prejudicaram o sucesso dos resultados. O estudo de caso no Peru implicou a deslocação da autora para o terreno, o que acarretou múltiplas dificuldades. Exemplo disso é a receção negativa dos artesãos à investigação, a fraca abertura para obtenção de respostas, dificuldade de coordenação com a associação parceira e o curto período de tempo para realização do estudo de caso.

II. Revisão de Literatura

1. Economia Solidária

1.1. Surgimento da Economia Solidária: contexto histórico

Entenda-se que falar de ES é falar da “outra” economia, da alternativa sustentada pelas práticas económicas, fundamentadas pela procura da transformação sustentável no sistema económico vigente. ES surge como uma necessidade de metamorfose, uma resposta aos problemas sociais, desafios políticos e questões estruturais da sociedade (Amaro, 2010). Para entendimento desta transformação é necessária a interpretação do seu contexto. Os primeiros movimentos associativos e cooperativos que deram origem aos novos movimentos solidários surgiram em França, de 1830 até 1852, através da luta para novas formas de organização de trabalhadores com o foco na questão social, individual e na sustentabilidade da vida económica, denunciando pobreza e desigualdades (Hespanha & Santos, 2011). Após a revolução francesa, bem como a inglesa, os respetivos movimentos são proibidos. Ainda assim, a luta pela democracia e os movimentos operários mantêm-se, como se justifica nas palavras de Laville (2018: 26) “*os lugares de produção são lugares de expressão política*”. No final do séc. XIX e início do XX criam-se sociedades de socorro mútuo, atividades de defesa coletiva e sistemas de apoios e solidariedade, que mais tarde constituem movimentos de associativismo solidário (Laville, 2018).

O quadro social altera-se profundamente após a revolução industrial. Ainda no séc. XIX, surge um novo modelo de produção em massa no Reino Unido, com a utilização de maquinaria pesada que substitui o ser humano, ao que Polany chama de “*moinho satânico*”, referindo que as condições sociais da era industrial são “*verdadeiros abismos de degradação humana*” (Polany, 2016: 170). Através desta nova era inicia-se um processo de economia de produção, inseridos num sistema de economia de mercado, vibrante na sua característica competitiva. O mercado é autorregulado e a motivação é única e exclusivamente o lucro e não a qualidade de vida humana. A introdução deste novo modelo económico do livre comércio e a produção industrial com o modelo fordista-taylorista¹ da revolução industrial levou a uma crise na estrutura social com o aumento de

¹ Modelo fordista-taylorista é um modelo de produção em massa de produtos homogéneos, através de uma linha de montagem, com base no parcelamento extensivo de atividades e tarefas, através do operário desqualificado, denominado operário em massa (Santos, 2009)

desemprego, pobreza e exclusão social. Este sistema capitalista faz surgir ondas de solidariedade entre os mais pobres. As condições de vida extremas levaram a uma cultura de entreajuda que naturalmente se desenvolveu (Singer, 2001). Apesar dos objetivos solidários, “*os efeitos destrutivos da industrialização não puderam ser mascarados*” (Laville, 2018: 39) e para contrariar a onda de miséria sentida, no final do séc. XIX surge o Estado-Social devido à necessidade de normas sociais com a intervenção de um Estado reparador (Laville, 2018).

No séc. XX surge um novo impulso relativamente aos movimentos sociais como resposta às problemáticas da sociedade, que dará origem à ES (Laville, 2018; Amaro, 2010). As associações e cooperativas passam a deter uma presença consistente no seio económico e político. A sociedade civil internacional é representada por grupos informais coletivos, organizações, cooperativas ou associações que, separadamente dos Estados e das empresas, formam movimentos sociais defensores de uma vontade de mudança. A grande insurreição de maio de 68 fez surgir empresas com modelo cooperativo, representadas por coletivos ativistas para alcançar a mudança com foco na democracia, igualdade, erradicação da pobreza e preservação do meio ambiente (Laville, 1994; 2018).

A conjuntura económica altera-se nos anos 80: a liberalização dos movimentos de capitais, o aumento do desemprego e o aumento dos problemas sociais levam à deslocalização de empresas e de grandes produções para países com mão-de-obra mais barata e sem proteção social. A sociedade centra-se no sistema capitalista e na competição. É através da industrialização globalizada e do liberalismo de mercado que se abrem as portas a grandes monopólios e à competição entre gigantes empresariais. O capital sobrepõe-se ao consumidor. (Polany, 2016). Desde os anos 80 que se vive o aparecimento crescente de trabalhos cooperativos e de autogestão, novos movimentos populares com traços sociais de solidariedade e entreajuda, com novas tomadas de consciência social. Esta alteração leva a uma alternativa nas políticas públicas com o objetivo de diminuir a pobreza e a exclusão social, servindo de base para a inserção de novos mecanismos económicos (Laville, 1994; Amaro, 2010).

1.2. Definição do conceito de Economia Solidária

A ES é um campo conceptual em construção que passa pelas práticas e lutas políticas, sociais e económicas em busca de um equilíbrio social justo no que diz respeito

à vivência com dignidade humana (Hespanha & Santos, 2011). É uma expressão que reporta as suas raízes no socialismo, sendo que o próprio Marx destaca a importância das cooperativas de produção na melhoria das condições de vida e de trabalho (Zaar, 2013). Não obstante, existem diversas formulações teóricas em torno do conceito de ES. A proposta ideológica central pode-se definir como atividades económicas que procuram práticas de solidariedade, numa lógica de cooperação. A ES é vista como uma transformação social, económica e política (Amaro, 2010; Pinheiro, 2013). Como se verificará de seguida, observa-se esta conceção teórica em autores como Paul Singer, Jean-Louis Laville ou Rogério Roque Amaro.

Jean-Louis Laville, sociólogo francês, foi pioneiro na conceptualização da ES, a partir do qual se categoriza como versão francófona, sendo a mais utilizada no seio europeu. Laville foca a ES no surgimento de formas associativas na Europa que procuram responder a problemáticas locais, associando a noção de solidariedade e de iniciativa. O autor sugere a *“inscrição da solidariedade no centro (...) da elaboração coletiva de atividades económicas”* (Filho & Laville, 2004: 109, 110), com o objetivo de tornar as relações económicas mais humanas. Um dos traços conceptuais da ES é a definição de atividades por atores coletivos (cooperativas, mutualidades, movimentos associativos, grupos informais ou empresas de cariz social) independentes dos governos em que inserem a noção de reciprocidade e democracia aos movimentos económicos (Laville, 2004). Um dos traços mais importantes no conceito na conceção de Laville (2018) é a sua dupla dimensão: socioeconómica e sociopolítica, onde se define a necessidade que o associativismo e cooperativismo têm de pressionar os compromissos institucionais, questionando as categorias económicas.

Na versão ibero-americana denota-se pequenas alterações em comparação com o modelo europeu, tendo em conta as disparidades de contexto. Na América Latina, ES é muitas vezes denominado como Economia Popular e, recorrendo à visão do economista brasileiro Paulo Singer (2002) a praticabilidade da ES refere um modo de produção que se rege pela igualdade de direitos dos coletivos que trabalham nessa mesma produção e à própria autogestão dos mecanismos económicos. Foca as atividades para os grupos mais desfavorecidos como um conceito de assistência e de sobrevivência.

Através da noção do autor Rogério Roque Amaro, observa-se a versão *Macaronésia*, com base nas experiências que se iniciaram nos anos 90 na região

autónoma dos Açores, Madeira, Ilhas Canárias e Cabo Verde, em que o conceito é exposto como a criação de “(...) *atividades económicas, a partir da natureza essencialmente social inicial, com vista sobretudo à criação de emprego para estes grupos desfavorecidos e de condições de sustentabilidade (incluindo económica) para as organizações, tendo a expressão “Economia Solidária”*. Tem como objetivo desenvolver oito projetos: económico (produção de bens, serviços e rendimentos); social (promover a melhoria das condições sociais); cultural (valorização das culturas e identidades); ambiental (proteção ambiental); territorial (contribuir para o desenvolvimento local); gestão (gestão rigorosa para as atividades de Economia Solidaria) e científico (promoção da reconstrução constante do conceito: processo de investigação – ação) (Amaro, 2010: 21-26).

Em síntese apresentam-se três versões do conceito de ES que expõem o mesmo quadro teórico a partir da conceção do conceito como uma transformação da sociedade em âmbito social, político e económico. A mudança da sociedade tem como base o indivíduo, a melhoria das condições de vida e as mudanças das relações económicas centradas no cariz social, confrontando o modelo capitalista. Contudo, é possível distinguir o conceito de Laville pelo seu foco na transformação da sociedade através de ações coletivas de autogestão e independentes, com mecanismos democráticos e diferentes recursos económicos, através da união dos indivíduos (associativismo e cooperativismo) e ainda pela sua crítica à economia e a sua dupla dimensão (socioeconómica e sociopolítica), agregando importância institucional e política à ES. A visão de Singer centra a questão da ES na base teórica da economia popular, no apoio aos mais desfavorecidos, como modelo de assistência, acreditando que as organizações solidárias podem ser uma viável alternativa, capazes de provocar por si só a transformação necessária, através do financiamento e apoio do Estado. São atividades económicas focadas no coletivo, com o objetivo na força laboral e na vontade de viver. Não existe assim uma separação clara entre família, empresa e vida social (Pinheiro, 2013; Laville, 2018). Por último, a versão *Macaronésia* converge com a versão de Laville pela produção de um projeto económico através da democracia e, igualmente com a versão de Singer, pelo foco na solidariedade com os mais desfavorecidos. Contudo, distingue-se pelo seu cariz de sustentabilidade através da formação e criação de emprego, pela preocupação ambiental, onde conjuga a economia com a ecologia, pela defesa

cultural e apoio ao desenvolvimento local, pela necessidade de uma gestão eficiente e promoção da constante análise do conceito (questões não afirmadas nas primeiras duas versões). (Laville, 2014, Singer, 2002; Amaro, 2010).

A complexidade do conceito de ES tem a sua génese na diversidade de atividades económicas que se inserem no mesmo sector. Contudo, para a pertença no sector da economia alternativa, as atividades económicas regem-se segundo os princípios de cooperação, solidariedade e autogestão, seja com o objetivo de produzir algo inovador ou manter as práticas tradicionais (Hespanha & Santos, 2011). Pode-se dizer que atualmente existe uma transformação na consciência coletiva na arena internacional, por meio das preocupações ambientais, sociais, políticas ou económicas, que levam os grupos de redes em que as pessoas colaboram entre si a lutarem por um novo contrato social, garantindo as condições dignas de cada ser humano como membro integrante da sociedade (Mance, 2002). Em suma, é um conceito em constante construção e reconstrução. É uma nova forma de pensar sobre a economia, apoiada na esperança de uma sociedade mais sustentável, justa, democrática e equilibrada. Um novo movimento na sociedade civil com espaço para a construção de uma economia fundamentada por valores partilhados pelos seres humanos (Miller, 2010).

2. Comércio Justo

2.1. Dialética: Comércio Justo como mecanismo da Economia Solidária

Considerando a exposição teórica apresentada previamente, denota-se que a ES representa um sistema económico alternativo ao capitalista, com base nos movimentos sociais de *antiglobalização*. De frisar que o capitalismo se apresenta como uma economia de mercado, com foco na permuta da troca, em que visa o ser humano como instrumento de propensão para negociar nos mercados e onde prevalecem os interesses privados sobre a justiça social (Polany, 2016). Consequentemente, o comércio torna-se um pilar fundamental da economia, produzindo um desequilíbrio nas relações comerciais, favorecendo os atores mais ricos (Norte). O associativismo, como base conceptual da ES, representa uma importante intervenção nas falhas do Estado em responder aos problemas do mercado (Laville, 2018), onde coloca a economia em prol do individuo, do bem-estar social e da solidariedade. Urge uma necessidade de criar uma alternativa ao sistema

comercial capitalista. Esta necessidade de transformação reporta aos princípios conceptuais da ES, efetivando o Comércio Justo (CJ) como uma alternativa comercial².

2.2. Do sistema atual de Comércio Internacional à necessidade de um Comércio Justo

A importância do plano do comércio internacional obrigou à cooperação entre os países, surgindo a World Trade Organization (WTO) com o objetivo de melhorar o fluxo comercial³. Através da WTO reconhece-se a ligação entre o comércio e o desenvolvimento dos países, sendo esta ligação evidente a partir da Ronda de Doha⁴. A mesma originou a Agenda de Desenvolvimento de Doha, que enfatiza questões de desenvolvimento e os interesses dos países mais pobres e fracos. Através de acordos comerciais, a arena internacional tentava alcançar um equilíbrio comercial que não prejudicasse os países menos desenvolvidos, visto que estes recebiam serem forçados a acordos que os colocassem em desvantagem em prol dos países industrializados, detentores, na sua maioria, de um poder superior de negociação. Este sentimento de desvantagem alterou-se a partir da Ronda de Doha, em que “ (...) *um novo consenso global para confrontar os desafios económicos enfrentados pelas nações mais pobres parecia estar a desenvolver-se.*” (Stiglitz & Charlton, 2009: 41).

Todavia, a Ronda de Doha não foi suficiente para se alcançar um equilíbrio justo e equitativo entre o Norte e o Sul. Apesar de existir um progresso no desenvolvimento, surgiram questões de desequilíbrio onde países com posições de negociação mais fracas eram sujeitos a acordos desvantajosos. A nível comercial o Norte mantinha uma posição de supremacia em relação ao Sul (Naisbitt, Naisbitt, 2016). A carência de recursos para novas indústrias no Sul danifica a capacidade de exportação, apesar de possuírem vastos recursos de mão-de-obra, representados, na sua maioria, por trabalhadores em condições precárias (Stiglitz & Charlton, 2009). A abertura comercial sem controlo legislativo internacional permite disparidades Norte/Sul: “(...) *82% do comércio internacional é controlado por países onde vive um quinto da população mundial, enquanto os países do quintil mais pobre controlam pouco mais de 1%*” (Laville, 2018: 71)

² Ver Esquema do Comércio Justo como mecanismo da Economia Solidária in Moyers et. al (2014: 457)²

³ A OMC (inicialmente denominada GATT) representa atualmente 164 membros e 98% do fluxo comercial na esfera global, veja-se em World Trade Organization – “*Who we are*”, disponível em https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/who_we_are_e.htm (acedido a 27/05/2018)

⁴ Decorreram várias Rondas de negociação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento de forma a se encontrar um equilíbrio no comércio internacional, veja-se em World Trade Organization, em “*History of multilateral trade system*”, disponível em https://www.wto.org/english/thewto_e/history_e/history_e.htm (acedido a 27/05/2018)

2.3. Emergência e Definição do Conceito de Comércio Justo

O CJ inclui-se numa alternativa ao modelo de comércio internacional, complexo e confuso na sua compreensão prática, inserido num mundo globalizado alicerçado ao liberalismo económico. Este caracteriza-se pela liberdade de escolha dos agentes económicos no que diz respeito ao estabelecimento de trocas comerciais, que resulta numa economia de mercado livre, centralizada na competição, na vantagem comparativa e num plano de comércio internacional com menores restrições (Silva, 2012). O teor da economia global reside nas teorias clássicas, caracterizadas pelo mercado livre e autorregulado, verificável nas teorias originais de comércio internacional de Adam Smith e David Ricardo. Atendendo ao facto de que o liberalismo visa facilitar as trocas comerciais entre os respetivos países, a consequência expectável seria a melhoria do bem-estar social (International Review of Management and Business Research, 3: 454-464). Consequentemente o comércio internacional representa-se como um motor para o desenvolvimento das nações, sendo, contudo, um conceito dicotomizado, na medida em que depende da gestão cautelosa da liberalização, que irá condicionar o desenvolvimento de um determinado país (Stiglitz & Charlton, 2009).

É a partir dos anos 80 que se consolida como um modelo comercial alternativo (CJ) como mecanismo da ES, alicerçado na defesa das condições laborais, na promoção dos direitos humanos e respeito pelo meio ambiente, questões basilares do desenvolvimento sustentável (Coelho, 2017). É igualmente neste período que se unem atores da sociedade civil com foco em formalizar o CJ. Exemplo disso é a Conferência de Berlim em 1987, onde as organizações se comprometem a uma estratégia mundial, com o objetivo de desenvolver uma Federação para o Comércio Alternativo, que viria a consolidar-se em 1989⁵ (atualmente apelidada de WFTO). Este movimento tem a visão de unir o maior número de membros com o propósito de desenvolver um mundo com estruturas e práticas comerciais que promovam o desenvolvimento sustentável e a justiça, através da capacitação de produtores e das comunidades mais fracas e pobres.

Nos anos posteriores e até aos dias de hoje mantém-se um esforço para divulgar e aclamar a atividade do CJ e, por sua vez, melhorar a cooperação internacional com o

⁵ WFTO - World Fair Trade Organization, disponível em <https://wfto.com/about-us/history-wfto> (acedido a 20/05/2018)

objetivo de se alcançar um comércio internacional justo e equitativo. Tal é Verificável na mensagem mundial no novo milénio da WFTO, em que define o percurso do CJ como:

*“ (...) uma viagem para o Comércio Justo e Justiça Comercial. Não justiça para alguns. Justiça para todos. Atualmente, o comércio internacional, permite que os mais fortes explorem os mais fracos e que os ricos permaneçam mais ricos às custas dos pobres. Os lucros das corporações multinacionais são considerados mais importantes que condições de trabalho decentes e pagamento justo. O resultado é pobreza e sofrimento a grande escala. Isto deve mudar. (...) ”*⁶.

Atualmente são várias as Organizações Mundiais que contribuem para uma nova estratégia comercial, oposta ao modelo tradicional, sendo algumas delas a WFTO; FLO; NEWS! e EFTA.⁷

Em suma, e através da definição reconhecida e estabelecida pelas Organizações de Comércio Justo, o CJ define-se como:

“Uma parceria comercial, com base no diálogo, transparência e respeito, que procura maior equidade no comércio internacional. Contribui para o desenvolvimento sustentável através da oferta de melhores condições comerciais para, e assegurando os direitos dos produtores e trabalhadores marginalizados – especialmente nos países do Sul. As Organizações de Comércio Justo (apoiadas pelos consumidores) comprometem-se ativamente no apoio aos produtores, na promoção de sensibilização e campanhas para a mudança nas regras e práticas do comércio internacional convencional” (FINE⁸, 2001).

2.4. Prática de Comércio Justo: Princípios

No que concerne à prática de Comércio Justo, a WFTO definiu dez princípios que as Organizações devem seguir para assegurar o respeito pela mesma⁹. São eles: criação de oportunidades; transparência e prestações de contas; práticas de comércio justas; pagamento de um preço justo; abolir o trabalho infantil e o trabalho forçado; compromisso

⁶ WFTO - World Fair Trade Organization, disponível em <https://wfto.com/about-us/history-wfto> (acedido a 20/05/2018). Tradução elaborada pela autora.

⁷ Organizações que constituem a FINE: WFTO; FLO; NEWS!; EFTA, informação disponível em FINE (2001) *“Fair Trade Definition and Principles”*, disponível em <http://onevillage.org/fairtradedefinition.pdf> (acedido a 18/05/2018).

⁸ FINE é uma rede de organizações de Comércio Justo, que concebeu uma definição de Comércio Justo mais ampla e aceite mundialmente. Para mais informações ver FINE (2001) *“Fair Trade Definition and Principles”*, disponível em <http://onevillage.org/fairtradedefinition.pdf> (acedido a 18/05/2018). Para mais informações sobre a definição do conceito ver MOORE, Geoff (2004) *“The Fair Trade movement : parameters, issues and future research.”*, Journal of business ethics., 53 (1-2), 73-86, disponível em <http://dro.dur.ac.uk/6787/1/6787.pdf> (acedido a 20/05/2018)

⁹ Ver esquema *Princípios de Comercio Justo* : World Far Trade Organization – WFTO, *“10 Principles of Fair Trade”*, disponível em <https://wfto.com/fair-trade/10-principles-fair-trade> (acedido a 21/05/2018).

com a não discriminação; assegurar condições de trabalho dignas; desenvolvimento das capacidades; promoção do CJ; respeito pelo ambiente.¹⁰ (World Fair Trade Organization, 2017; Revista da Plataforma das ONGD, 2017).

Verifica-se que os objetivos, a nível prático, focam-se no melhoramento do bem-estar social dos produtores locais, através do pagamento justo, do comércio transparente e honesto, negociações que respeitem os colaboradores envolventes, tendo em conta a igualdade e não discriminação dos trabalhadores e conseqüente respeito pelo meio ambiente. Promove oportunidades de desenvolvimento a áreas mais desfavorecidas ou produtores marginalizados, protegendo crianças e respeitando os direitos humanos. Conseqüentemente, sensibiliza os consumidores dos efeitos negativos do comércio internacional e promove a justiça social, a segurança económica e o desenvolvimento sustentável (Redfern & Snedker, 2002). Procura-se encontrar mecanismos comerciais justos que eliminem ao máximo o número de intermediários entre o produtor e o consumidor tornando o comércio uma via de equilíbrio entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento (Laville & França Filho, 2004).

Neste sentido, o CJ pode-se considerar como um importante mecanismo alternativo, tendo em consideração que é uma vertente comercial, com pilares e objetivos de cariz social e ambiental, ao invés de apenas económico. A ES é um projeto socioeconómico e sociopolítico que não se caracteriza por fornecer a resposta clara às problemáticas sociais existentes. Como tal, o CJ não representará uma resposta direta. O movimento da ES caracteriza-se por unir práticas de solidariedade com objetivos de bem-estar social, apontando para a necessidade de práticas que foquem o bem-estar social, tendo em conta que o comércio pode constituir um motor positivo para o desenvolvimento (Miller, 2010; Stiglitz & Charlton, 2009)

2.5. Benefícios do Comércio Justo para o desenvolvimento

Como verificado anteriormente, a prática de CJ surge pela carência de produtores do Sul e o surgimento de movimentos sociais com respeito pelos direitos humanos e pelo ambiente dos países do Norte, esta interligação leva a um desenrolar de novas metodologias comerciais e principalmente de novos pensamentos teóricos e políticos

¹⁰ Ver Figura 2: Princípios do Comércio Justo

(Laville & França Filho, 2004). A necessidade de equilíbrio, respeito e cooperação urge numa altura em que os valores humanos devem ser sobrepostos aos valores económicos.

No teor alternativo do CJ verificam-se benefícios que não se iriam verificar no comércio convencional. O facto de ser uma prática de desenvolvimento local, sustenta o benefício para pequenos produtores e por sua vez defende as culturas ancestrais representadas no comércio. Promove a cooperação comunitária e o seu poder de negociação, sendo que esta é transparente, justa e oferece capacitações para o surgimento de novos projetos e oportunidades nos países em desenvolvimento com impacto nos benefícios sociais, como por exemplo, a construção de infraestruturas (escolas, serviços de saúde, etc), instalações de saneamentos básicos, fundação de novos negócios, entre outros. A prática protege os direitos humanos, os direitos das crianças e das mulheres. Atendendo ao facto de que 1.2 biliões das pessoas mais pobres do mundo são mulheres e raparigas, o CJ oferece a este número uma nova realidade. De frisar que a sustentabilidade é o pilar na produção da prática, onde se promove o respeito pelo planeta e pelas pessoas.

No plano internacional, o CJ sensibiliza para a justiça comercial, com base no benefício de todos os envolventes e através da competição aberta e justa, alterando as medidas comerciais que mantêm as pessoas pobres sob situações de pobreza e as ricas cada vez mais ricas. Desafia as grandes corporações multinacionais, que controlam a maior parte do comércio, no sentido em que questiona as práticas comerciais das mesmas e poderá criar pressão para que estas respeitem os valores humanos no âmbito das condições dos seus trabalhadores e no controlo do aumento do seu lucro através da exploração laboral. A prática comercial justa aproxima produtores e consumidores onde promove igualmente a interligação entre o Norte e o Sul, promovendo a cooperação ao invés da dicotomia países desenvolvidos/atrasados. Deste modo, o CJ pode ser visto como uma história de sucesso considerando o seu impacto nos últimos anos (Litvinoff & Snedker, 2007; Revista da Plataforma das ONGD, 2017).

3. Impacto Social

3.1. Definição de Impacto Social e a sua importância

Os conceitos desconstruídos anteriormente pressupõem uma necessidade de mudança social. Para isso, é necessário analisar o problema, desconstruí-lo, usar indicadores, medi-los e avaliar o seu impacto, com o objetivo de se elaborar uma proposta

de valor que vá ao encontro da solução. Depreende-se deste modo a importância da análise do IS como instrumento fundamental na investigação de problemáticas e na construção de soluções que dão origem a mudanças sociais (Santos, 2013). O IS é um conceito que se refere a consequências sociais de ações de indivíduos, grupos, organizações, comunidades ou outras unidades sociais (Finsterbusch, 1982). Através de instrumentos e ferramentas de medição mais eficientes permite-se que as comunidades, os governos e agentes do terceiro sector consigam alcançar as melhores estratégias para abordar problemáticas sociais (Flatou et. all, 2015)

A atuação na esfera social prende-se na sua medição, com o objetivo de providenciar uma série de variáveis quantificáveis e/ou qualificáveis, que guiem e apoiem os decisores na tomada de deliberações e na definição de diretrizes. O seu desenlace reporta à análise positiva e/ou negativa de impactos que forneçam a identificação e informação de fatores conclusivos ou de recomendações, apesar de não constituir continuamente uma resposta clara a uma matéria (Tamborra, 2002). O autor Kurt Finsterbusch, a partir da análise de diferentes sistemas de indicadores do Sistema de Contas Económicas Sociais (SEAS), desenvolvido por Fitzsimmons e Lavey (1976), definiu sete formas principais em que os indivíduos são impactados por ações, sendo estes: economicamente; ambientalmente; comercialmente; no âmbito dos transportes; socialmente; biologicamente ou psicologicamente. Apresentando assim a complexidade do IS. (Finsterbusch, 1982).

De forma sucinta, o impacto social é uma transformação, uma mudança social, uma aquisição de novos conhecimentos; através de um processo de identificação das consequências de uma ação (Santos, 2013). Considerando a complexidade da medição do impacto social, são imperativos novos instrumentos e ferramentas. Um dos mais completos que surgiu no final da década de 90 é o SROI (social return on investment). Um novo quadro de medição com a capacidade de demonstrar os custos e benefícios sociais, económicos e ambientais, de ações de investimento e tomadas de decisão de uma organização ou empresa, admitindo que estas afetam diretamente os indivíduos (Nicholls, 2016). A SROI reporta a uma preocupação das empresas e organizações no impacto holístico.

Um fator que importa referir no contexto do IS é o capital social, sendo este um conceito imprescindível à coesão comunitária, ao bem-estar, à cooperação e colaboração,

fundamental para o entendimento do impacto social do CJ. Putman definiu capital social como “*as características da organização social, como a confiança, normas e redes que melhoram a eficiência da sociedade através de ações coordenadas*” (Putman, 1993: 167). Por conseguinte, as comunidades com alto capital social correspondem às comunidades detentoras de resultados positivos, para além das suas capacidades económicas (Onyx, 2014).

Posto isto, a definição de IS poderá variar consoante a sua área de atuação, dependendo igualmente da sua avaliação. O impacto social não corresponde a uma resposta clara, mas a sua avaliação poderá surtir o efeito de assistência no que diz respeito ao processo de tomada de decisões e elaboração de políticas (Tamborra, 2002).

3.2. Discussão do conceito de Impacto Social no âmbito do Desenvolvimento: Desafios

A importância da análise do impacto é axiomática para a avaliação de desenvolvimento e “modernização” de um país. Todavia, esta análise de impacto não é simples de ser alcançada. Existem indicadores necessários a serem verificados, como a quantidade, o tempo e a qualidade. Sem embargo, a qualidade é um indicador muitas vezes visto como inábil nas abordagens de avaliação, verificável quando Kumar (1989) manifestou a necessidade de transformar os indicadores qualitativos em informações quantitativas para se obter a melhor análise. A dimensão quantitativa e qualitativa é a ferramenta fulcral para se alcançar a avaliação de desenvolvimento, sendo que o IS tem uma correlação direta com o desenvolvimento dos países e este não se pode basear apenas em indicadores quantificáveis (Walker, 2002).

As condições contextuais, relativamente a cada país ou a cada categoria em que se inserem dão origem a uma determinada avaliação do IS. Condições como o nível de qualidade de vida, questões de emprego, precariedade laboral, acesso a condições básicas, a fraca oferta do Governo de serviços públicos e sociais (saúde, educação, segurança social entre outros), pobreza; que conseqüentemente afetarão o equilíbrio psicológico dos indivíduos e o espírito comunitário (Pichardo, 1993). Relativamente às condições mencionadas, é notável uma avaliação de desenvolvimento de um país que não se encontra apenas no contexto de crescimento económico, apesar da necessidade de recursos económicos para melhorar a qualidade de vida das populações. Esta necessidade de recursos não representa um indicador suficiente para se alcançar um equilíbrio do bem-

estar social, as políticas governamentais têm de responder apropriadamente ao ambiente comunitário e às necessidades da população (World Trade Report, 2014). Existe uma necessidade de entender o IS como um fator qualitativo, considerando que para avaliar o impacto de uma ação ou atuação na qualidade de vida da população implica um entendimento qualitativo do mesmo e não uma análise apenas numérica (Walker, 2002).

3.3. Alternativas ao Desenvolvimento: *Buen Vivir*

Para se alcançar uma análise do IS de um modelo comercial justo importa estabelecer a base teórica, ou seja, qual o conceito de medição para se alcançar respostas e desenhar recomendações.

Importa ter em consideração que o conceito de desenvolvimento é visto atualmente por muitos teóricos como ultrapassado (Acosta, 2014). Através das palavras de José Maria Tortosa, aquando da metáfora do viver mal, indicando que “*mau desenvolvimento tenta referir-se não a um Bem Viver que se deveria procurar senão na constatação, primeiro, do fracasso do programa do desenvolvimento e, segundo, do Mal Viver que se pode observar no funcionamento do sistema mundial (...)*”¹¹ (Tortosa, 2011: 40), retira-se o encanto do desenvolvimento. São vários os autores que partilham as críticas ao conceito, sendo as três principais são o facto de ser um conceito que se baseia na industrialização e no crescimento económico, nos valores culturais do Norte e do Ocidente e ainda que assenta numa lógica patriarcal, promovendo a desigualdade. Ao promover uma natureza imperialista, colonial e capitalista, agregando o descontentamento dos países subdesenvolvidos, bem como o descontentamento dos países desenvolvidos (Amaro, 2018) não é de estranhar que o conceito de desenvolvimento esteja no seu fim. Através da obra de Wolfgang Sachs, denominada “*Dicionários do desenvolvimento*”, demonstra-se que desenvolvimento é um conceito falhado. Tendo em conta os fracos resultados do desenvolvimento (pobreza, precariedade, diminuição na diversidade cultural, entre outros), ao fracasso das tentativas de reanimação do conceito com os desenvolvimentos alternativos (como por exemplo o desenvolvimento sustentável) vários autores defendem o nascimento do denominado pós-desenvolvimento (Gudynas, 2014).

¹¹ Tradução elaborada pela autora

São vários os conceitos que surgem inseridos no pós-desenvolvimento, maioritariamente dos povos do Sul, com o objetivo de indicar uma alternativa ao desenvolvimento e providenciar uma resposta. O conceito relevante, de forma a enriquecer a respetiva análise, é o de *Buen Vivir* (BV), originário das culturas de comunidades indígenas nos andes e zonas amazónicas da América Latina. Este propõe uma ideologia de boa vida e de viver bem (Amaro, 2018).

O mexicano Gustavo Esteva (2009) elaborou um artigo demonstrando que a “vida boa” seria a forma de ir além do desenvolvimento, dando origem ao diálogo sobre o novo conceito de BV. Este constitui um processo de construção e reconstrução de povos historicamente marginalizados. Propõe que as experiências, conhecimentos e aprendizagens das comunidades indígenas, bem como a forma como se relacionam com o meio ambiente (respeito visível à *Pachamama* – Mãe Natureza), o equilíbrio e respeito entre os seres humanos e complementaridade com o meio envolvente, devem ser a base para se alcançar a mudança necessária (Acosta, 2009). BV surge dos conceitos *Sumak Kawsay* e *Suma Qamaña*. O primeiro, em quíchua equatoriano, refere-se à vida digna em que o indivíduo se encontra em equilíbrio com o universo (Acosta, 2009) e promove a ideia de uma vida simplesmente boa e que nenhuma vida é melhor ou pior. O termo *Suma Qamaña*, em ayamara boliviano, introduz a componente comunitária, sendo que refere o bom conviver, promovendo a vivência em comunidade, em harmonia e equilíbrio. Um ponto importante deste conceito é o facto de se encontrar, respetivamente, na Constituição do Equador de 2008 e na Constituição da Bolívia de 2009. Nestas, reconhecem o direito da população viver em pleno equilíbrio, com respeito à cultura das comunidades e equilíbrio com o meio ambiente, sendo que o Estado se responsabiliza em promover a vida boa dos seus indivíduos. De frisar que BV é um conceito transversal às culturas presentes no Peru, Argentina, Chile, entre outros, não se fixando apenas no Equador e na Bolívia (Tortosa, 2009; Amaro, 2018).

Em suma, o BV é uma alternativa ao desenvolvimento que assume um carácter comunitário ao invés do individual, tem como objetivo a ética do suficiente para a comunidade, representa uma visão holística do desenvolvimento, da interligação do ser humano e do meio ambiente e respeita a diversidade das culturas como as comunidades indígenas andinas e amazónicas latino-americanas (Acosta, 2009). Para o BV “o

*importante é que provenha do vocabulário de povos originalmente marginários*¹²
(Tortosa, 2009:4).

III. Caso de Estudo: Metodologia e Dados

1. Metodologia

O objetivo metodológico da seguinte investigação prende-se com a análise do impacto social da prática de CJ em grupos de artesãos no Peru, tendo em conta o fato de ser considerado um país em desenvolvimento. Trata-se de uma investigação em ciências sociais, o que sugere compreender os significados de um acontecimento, refletir o ponto de situação, captando as lógicas de funcionamento, pensamentos e opiniões, demonstrando com nitidez os resultados do estudo (Quivy & Campenhoudt, 2005).

O primeiro estágio da metodologia consolida-se na análise e pesquisa bibliográfica no âmbito da ES, CJ, IS e ainda o conceito pós-desenvolvimentista de BV, com o objetivo de cruzar informações para providenciar um melhor entendimento dos conceitos e conhecimentos. O segundo diz respeito à elaboração de um estudo de caso no Peru com a cooperação da Associação *Bridge of Hope – Red Uniendo Manos*, sediada em Lima, que serve de ponte de ligação com os grupos de artesãos que participam na investigação e trabalham diretamente no CJ. Enfatiza-se que a seleção dos grupos de artesãos selecionou-se pela disponibilidade demonstrada no curto período de investigação (2 semanas), capacidade de mobilizar vários membros para colaborar, abertura para falar sobre o seu trabalho no comércio justo e procurou-se alcançar artesãos que detenham *à priori* experiência no artesanato e no CJ. Os grupos encontram-se geograficamente perto uns dos outros, na cordilheira dos Andes peruanos, de forma a melhorar a fluidez da investigação.

Através da visão de Robert Ying (1994) entende-se que um estudo de caso é a procura do entendimento de uma tomada de decisão, os motivos da decisão, como será implementada e quais os seus resultados. Especificamente, pretende-se usar o estudo de caso para se alcançar uma resposta e uma correlação entre o fenómeno de CJ e as condições de vida dos artesãos, tendo como base a teoria do BV, implicando uma análise subjetiva e dedutiva.

¹² Tradução elaborada pela autora

A análise de resultados foi realizada de forma qualitativa, tendo em conta que se baseia em significados e conceptualizações escritas (Sauders et al, 2011). Nesta fase utiliza-se a observação direta intensiva, com técnicas de observação assistemática (informal, simples e livre) e entrevistas semiestruturadas (com perguntas abertas e fechadas num contexto de conversa informal) aos artesãos e à associação parceira. (Marconi & Lakatos, 2003; Sauders et al, 2011). É necessária a observação e interação do autor sobre o fenómeno, expondo a complexidade dos dados e variáveis, de forma a garantir uma análise transversal a diferentes indicadores. Tal significa que entrevistas, observações e consultas de documentos funcionam como peças complementares durante a investigação (Quivy & Campenhoudt, 2005).

2. Características da composição do estudo de caso

A composição do estudo de caso representa grupos de artesãos de produtos têxteis, localizados na Cordilheira dos Andes no Peru. Este fator torna o acesso bastante difícil, contudo, como se pôde aferir, são comunidades representativas da cultura andina peruana. A composição apesar de diminuta (10 artesãos em 8 entrevistas e a Associação *Bridge of Hope – Red Uniendo Manos*), engloba grupos de artesãos de produtos têxteis, de difícil acesso relativamente à situação geográfica, os quais são representantes da cultura andina peruana. Foram entrevistadas 9 mulheres (de frisar que 3 foram entrevistadas em conjunto, devido à barreira linguística do Quechua) e 1 homem, com idades compreendidas entre os 25 e os 71 anos. No que diz respeito às funções que desempenham no grupo de artesãos não é realizado qualquer critério, dado que cada membro desempenha diversas funções, dependendo dos pedidos

2.1. Características da Associação parceira no estudo de caso: *Bridge of Hope – Red Uniendo Mano*

A *Bridge of Hope* é uma iniciativa da *Red Uniendo Manos* Peruana, uma *network* composta por grupos comunitários e ONG's que acreditam na importante ação de apoio para provocar impacto real nas políticas que definam o contexto em que vivem os mais pobres e marginalizados. Têm como objetivo facilitar e desenvolver melhores condições de acesso ao mercado a nível local, regional e internacional. Promovem o CJ de forma a

melhorar as condições dos produtores e artesãos do Peru.¹³ De frisar dispõem do certificado de Comércio Justo da WFTO.

2.2. Características dos Grupos de Artesãos

2.2.1. *Warmipa Makin*

O grupo *Warmipa Makin* tem o nome Quechua que em Português significa “*As mãos das mulheres*”. Este foi o nome escolhido tendo em conta que o grupo é formado apenas por mulheres na região de La Oroya, uma cidade localizada a uma altitude de 3 657 metros e a quinta cidade mais contaminada do mundo, devido à exploração mineira na região que provocou doenças cancerosas na população. Hoje em dia a indústria mineira encontra-se inativa na região, ainda se sentem repercussões na saúde dos habitantes. Este grupo de mulheres, desde jovens mães a avós, participam no CJ e tentam criar mecanismos que as capacite a desenvolver algum rendimento para as suas famílias. Simultaneamente lutam por uma cidade mais limpa e justa no âmbito social. São mulheres que lutam pelo término da violência doméstica e pela igualdade de género. Na sua maioria, antes de pertencerem ao grupo sofriam de violência doméstica e discriminação. O grupo junta-se para trabalhar uma vez por semana e dependendo do pedido, podem-se juntar todos os dias.

2.2.2. *La Esperanza*

O grupo *La Esperanza* surge através dos antecessores da Sr^a Graciela, sendo que estes já eram artesãos e donos da loja artesanato *Tahuatinsuyo*, integrante do circuito turismo da zona de Hualhuas, Huancayo. Através da sua família, a Sr^a Graciela começou a tecer numa idade bastante jovem, tal como acontece na sua generalidade com os jovens das zonas nos andes peruanos. É essencialmente composto pela família da Sr^a Graciela Maldonado Lazo e do Sr. Victor Tupac Yupanki, os restantes membros da família que constituem o grupo de artesãos são Lucia Yupanki, Georgina Hinostroza, Agripina Carrasco, Glider Maldonado Lazo.

Atualmente, o grupo dispõe de 1 *workshop* na casa da Sr^a Graciela e do Sr. Victor, sendo este o líder do grupo. A sua casa é igualmente o espaço de tecelagem, de tratamento da matéria-prima, de produção e ainda loja onde vendem os seus produtos e conseguem

¹³ Bridge of Hope “About Us”, em <https://fairtradeperu.com/bridge-of-hope/about-us/> (acedido a 10/10/2018)

receber turistas de forma a promover o trabalho de artesanato têxtil. Outro *workshop* que o grupo dispõe é *artesanias tahuantinsuyo*, sendo este partilhado com diferentes membros da família e do grupo.

2.2.3. Llamkay Tuki

O grupo de Cochas Chico, em Tambo, Huancayo, nos andes peruanos, é constituído oficialmente por 4 artesãos. O líder é o Sr. Daniel, com 34 anos, contudo quem muitas vezes representa o grupo é a sua esposa, a Sr. Rosalinda. Os restantes dois membros é o Sr. Virgilio e o Sr. Joel. O grupo tomou forma devido ao facto dos seus membros já trabalharem em artesanato, numa empresa de artesanato com fábrica em Cochas Chico, a aldeia muito pequena onde vivem, nas montanhas andinas. Após encontrarem o conceito de CJ e de adquirirem novas técnicas de produção como o *mate burilado* (no qual focam a sua produção neste momento), decidiram formar um grupo de artesãos fora da fábrica.

2.2.4. Tupaq Yupanqui

O grupo “*Tupaq Yupanqui*” reside perto de Yauli, Huancavelica, uma pequena vila nos andes peruanos. Os membros do grupo vivem em casas isoladas nas montanhas andinas e o seu trabalho é feito no campo, onde vivem. Normalmente não se reúnem para trabalhar no artesanato sendo que as suas casas são consideravelmente longe e cada membro tem os seus deveres para com o trabalho no campo. Contudo esporadicamente trabalham o artesanato em conjunto. O grupo é composto por 10 membros, sendo o líder o Senhor Ezequiel, de 71 anos, e os restantes membros do género feminino: Concepciona, Claudia, Juanita, Niry Luz, Lucy, Suna, Claudia, Emilia, Dina. O grupo iniciou em 2007, dado que os membros já trabalhavam na rede de CJ a título individual e não como grupo. A particularidade que se apresenta é a língua e a herança cultural que sustentam ainda nos dias de hoje. A língua materna do grupo é o Quechua e são poucos os membros que se conseguem expressar em castelhano, o que dificulta as interações.

2.2.5. El Mercurio

O grupo *El Mercurio* trabalha em Huancavelica, conhecida pela cidade do mercúrio, pela extração mineira do mercúrio, que deu o nome ao grupo de artesãos. A fundação do grupo deu-se no ano de 2002, através do apoio de um membro da *Red*

Uniendo Manos e da motivação de 3 mulheres que gostariam de formar o seu próprio negócio. Atualmente o grupo é composto por mais de 20 mulheres, sendo elas: Yody, Sandra, Rosita, Rufina, Tomotea, Julia, Juanita, Antonia, Hayde, Sixta, Rosalina, Rebeca, Reyna, Eusebia, Tanita, Paulina, Tania, Silvia, Domitila, Aydeé Riveros, Aydee Romo, Elisa, Reneé, Luzmila.

IV. Análise de Resultados

Serve o seguinte ponto para apresentar e analisar os resultados das entrevistas realizadas. Pretende-se avaliar o IS que o CJ teve nas suas vidas, com base no quadro teórico de BV. Para obter a melhor análise, as questões foram divididas em 5 tópicos: perspetiva da Associação de apoio ao CJ *Bridge of Hope – Red Uniendo Manos*; Conceito e princípios de CJ; Prática do CJ; qualidade de vida; satisfação e bem-estar e o funcionamento dos grupos de artesãos. De referir que não se elaborou uma análise por entrevistado ou por pergunta devido à natureza da investigação e ao resultado das entrevistas. Torna-se mais pertinente uma análise abrangente, em blocos de questões, com capacidade de alcançar resultados mais objetivos e diretos, sem incorrer à repetição (que aconteceria através de uma análise por entrevistado).

1. Perspetiva da Associação de apoio ao CJ: *Bridge of Hope – Red*

Uniendo Manos: Comércio Justo no Peru

Após diálogo com alguns funcionários da *Red* e da entrevista com a responsável pela iniciativa *Bridge of Hope*, Daniela Gamarra, entende-se que o objetivo da iniciativa é apoiar os artesãos na produção, aproveitando e melhorando as técnicas artesanais, de maneira a que provoque uma melhoria na qualidade de vida e satisfação dos mesmos. A *Red Uniendo Manos* providencia capacitações de gestão, administração, contabilidade, técnicas de produção e ainda desenvolvimento pessoal e autoestima. Estas pequenas intervenções provocam algumas melhorias na vida dos artesãos dos grupos e no geral, o CJ tem gerado um impacto positivo, como explica a responsável. Importa referir que o CJ no Perú começou por ganhar relevância atendendo ao facto do elevado número de artesãos e movimentos de artesanato. De forma a melhorar a qualidade de vida dos mesmos, ofereceu-se apoio na entrada de um novo mercado, como indica Daniela

Gamarra “*Se vamos a oferecer ajuda para entrarem no mercado tinha de ser um mercado diferente*”.

Entenda-se que o CJ é um conceito ainda em expansão no Perú. Existem iniciativas de sensibilização contudo o mercado ainda se encontra bastante pequeno e o que dificulta a comercialização de produtos. As dificuldades do mercado de CJ consistem no encarecimento dos produtos, o que faz com que se tornem em produtos de luxo e o mercado nacional peruano, não sendo controlado, tem valores muito inferiores o que não permite uma concorrência justa. Assim sendo, demonstra-se uma vontade de apostar na Economia Solidária, num sistema inclusivo para todos os atores locais e por uma sociedade mais justa, valores subjacentes ao objetivo do *Buen Vivir* como se verifica na revisão bibliográfica.

2. Conceito e princípios de CJ:

No que concerne o conceito de CJ, é possível aferir que os artesãos demonstram um conhecimento básico sobre o mesmo. Existe um entendimento do seu funcionamento e para além disso, existe uma perspetiva positiva aquando das opiniões acerca do conceito. Nas palavras do Sr.º Victor do grupo *La Esperanza*, CJ é “*algo essencial (...) tanto para o cliente como para o produtor, o cliente pode adquirir os produtos com facilidade e para nós (os produtores), os mesmos vendem-se melhor*”, o que reporta a uma transparência e facilidade comercial. A Sr.ª Soledad, do grupo *Marmipa Maki* acrescenta como sendo “*uma oportunidade de crescer como pessoa, família, com a capacidade de fornecer para o nosso lar*” e ainda a Sr.ª Rosalinda, de *Llankay Tuki*, indica que o CJ “*é um apoio para todo o grupo*”, o que sugere capacitações sociais, crescimento individual e comunitário. Esta vertente de apoio do CJ reporta diretamente à teoria do *Buen Vivir*, aquando da defesa e respeito pelas comunidades andinas e da mudança centrada no cariz social, apoiando-se no comércio justo e transparente que apoia os produtores locais (Acosta, 2009), como indica o Sr.º Victor. Demonstrou-se que o facto de pertencerem a um grupo de artesanato que trabalha diretamente neste contexto melhora as suas capacidades como indivíduos, sendo que detêm um conhecimento dos princípios do CJ e capacitações dos mais variados temas (desde gestão a autoestima). Todos os artesãos, quando questionados, responderam afirmativamente ao conhecimento sobre os princípios do CJ, ao que o Sr.º Victor acrescentou “*se não aceitarmos os princípios não*

podemos trabalhar no âmbito do CJ. O que significa que somos capacitados para os princípios e estes são passados para a família (...)”. A observação do Sr.º Victor refere o fator de expansão de impacto do CJ, dado que as práticas e conhecimentos passam de geração em geração.¹⁴

3. Prática de CJ:

Após o entendimento da perspetiva do conceito de CJ importa compreender a sua praticabilidade no terreno. Relativamente ao ciclo de produção, este inicia-se no pedido do cliente através da associação parceira e os artesãos em questão analisam a quantidade de matéria-prima, o preço, a mão-de-obra e o tempo de produção, de forma autónoma, para que seja enviada a informação ao cliente. Após confirmação, iniciam a produção, dado que cada artesão faz um produto (por norma). Contudo, esta divisão de tarefas difere de grupo para grupo. De frisar que o controlo de qualidade é realizado igualmente pelos artesãos, visto serem capacitados para o efeito. Após término do produto é enviado para cidade de Lima, para a sede da *Bridge of Hope*, de forma a seguir para a exportação. Este processo é uniforme a todos os grupos da amostra, com pequenas distinções em que alguns artesãos trabalham em casa e outros em *workshops* do grupo respetivo. A expectativa inicial seria de que os artesãos trabalhassem em produtos para o mercado de CJ diariamente ou de forma constante que lhes permitisse sustentabilidade. Porém, dependem sempre dos pedidos dos clientes, que são bastantes escassos, o que significa que têm menos trabalho e que se trabalharem apenas no mercado do CJ não é suficiente para a subsistência de uma família. Exemplo disso é o grupo *La Esperanza* que dispõem de uma loja de artesanato independente.

Um dos fatores que importa ressaltar neste tópico é a atividade a que se dedicavam à priori. Sendo a amostra na sua maioria mulheres, antes de trabalharem no CJ dedicavam-se às lides domésticas, como esposas e mães, numa sociedade extramente patriarcal (que ainda hoje o é). Neste sentido, era-lhes induzida uma dependência relativamente aos seus cônjuges terminando maioritariamente em casos de violência doméstica aquando da decisão de trabalhar em tecelagem, que era visto como um *hobby*, como indica a Sr^a Soledad “*dedicava-me a casa, tecia mas era hobby*”.

¹⁴ Ver anexo x: ficha técnica nº 1 e 2.

4. Qualidade de vida:

Relativamente ao tema da qualidade de vida que o CJ pode ou não providenciar, representa um dos pontos mais importantes do estudo de caso, em complementaridade com o seguinte ponto da satisfação e bem-estar. Tendo em conta que o conceito de *Buen Vivir* representa uma vida boa, utilizando conhecimentos culturais indígenas, ou seja, técnicas ancestrais, com aspetos de respeito pelo individuo em equilíbrio com a natureza, criando formas alternativas de desenvolvimento anticapitalistas (Acosta, 2009). Na análise das condições de vida incluiu-se a questão do rendimento, capacidade de compra, habitação, saneamento básico, educação e saúde.

No que concerne o rendimento, todos os entrevistados demonstraram sentir uma melhoria económica, o que por sua vez melhorou a sua capacidade de compra, como indica a Sr.^a Soledad “*Economicamente mudou porque comecei a ter capacidade de comprar coisas para casa*”, e igualmente a Sr.^a Yody e a Sr.^a Sandra (do grupo *El Mercurio*), e as três entrevistadas do grupo *Tupaq Yupanqui*. Importa frisar, que relativamente ao poder de compra, mais uma vez, na sua maioria sendo mulheres, não dispunham do mesmo, dependendo dos seus esposos. O CJ permitiu-lhes independência financeira, permitiu-lhes serem autónomas e permitiu o empoderamento do papel destas mulheres em sociedade e na família. Como indica a Sr.^a Yody “*passámos a conseguir comprar as coisas para a casa, para filhos e os bens essenciais.*”. Continuando no parâmetro económico do CJ, todos os entrevistados revelaram um problema existente, relativamente à existência de poucos pedidos. Denotou-se alguma frustração por o CJ deter poucos pedidos o que se traduz em pouco trabalho. Todos os grupos demonstraram um certo descontentamento, transversal às diversas questões do estudo de caso.

Quando questionados se gostariam de alterar algum parâmetro nas suas habitações nenhum dos entrevistados demonstrou essa necessidade. Vivem ligados às suas casas como da sua cultura. São habitações humildes e apesar de estarem em condições básicas na sua maioria, extremamente frias e consideradas inapropriadas para aguentar as condições andinas de altitude, são as suas habitações de origem andina e antigas, não demonstrando qualquer vontade de alterar essa realidade. Apreciam a vida andina simples e gostam das suas habitações simples sem almejarem por mais. Ao contrário da cultura

consumista e capitalista dos países do Norte, não pretendem ter muito, pretendem viver bem e ter uma vida boa. Relativamente ao saneamento básico, apenas um artesão não dispunha do mesmo, Sr.^a Rosalinda do *Pueblo* de Cochabamba. Contudo e devido ao apoio do CJ, decidiu viver com o seu esposo, após decidirem iniciar o seu negócio independente de artesanato, devido aos mecanismos e instrumentos de capacitação fornecidos pelo CJ.

No que diz respeito à educação, apontou-se para a alteração de valores na educação e na defesa dos próprios direitos, contrariamente ao acesso à escolarização, visto que todas as crianças e jovens envolvidas já dispunham de acesso à escola. Nas palavras da Sr.^a Soledad, os seus filhos “*passaram a estar dentro do CJ, têm de nos ajudar e acabam por crescer e aprender. Aprenderam a ter noção de que é preciso trabalhar e ajudar em casa para ter mais dinheiro. Contribuí para a educação dos nossos filhos. Limpam, trabalham e aprendem outra noção da família e da casa*”. Respetivamente e como indica a Sr.^a Jacqueline do mesmo grupo “*o CJ capacita-nos para tratarmos melhor dos nossos filhos. Transmite-nos formações*”.

Na questão da saúde, todos os artesãos manifestaram quase uma descrença na questão, dado que, na sua maioria, não adoecem. Apesar de contarem com um sistema nacional de saúde peruano, demonstraram um certo “à vontade” no que diz respeito à saúde. A expressão “nós aqui não adoecemos” foi repetida em algumas conversações informais, seguida de algumas risadas, refletindo a condição física de quem vive nas montanhas. A ter em conta que a cultura andina é extremamente conectada com a natureza, cada má-disposição ou dor de cabeça é rapidamente curável com chás (*mates*), sopas ou pratos típicos, que todos conhecem, desde a criança ao avô. Deteta-se assim, um dos indicadores do BV, o respeito pela cultura andina e a sua passagem de geração em geração.

5. Satisfação e bem-estar:

Como mencionado anteriormente, o tópico da satisfação e do bem-estar possui um elevado grau de importância na análise do impacto social do CJ. Assim sendo, serão apresentados excertos das respostas dos entrevistados no que concerne a melhoria de vida, o bem-estar e a satisfação após trabalharem no CJ.

A prática de CJ assegura determinados benefícios. Nomeadamente, garante sustentabilidade económica aos artesãos (apesar de providenciar poucos pedidos), providência empoderamento às mulheres numa sociedade patriarcal, promove valores de defesa dos direitos humanos e promove o desenvolvimento individual e comunitário. Como se pode verificar nas seguintes citações:

“Sempre melhora. Ainda que existam poucos pedidos, mas quando existem temos a certeza que nos vamos sustentar. Vender na nossa loja é por unidade, no que diz respeito ao comércio justo é por quantidade.” – Sr. Victor, grupo *La Esperanza*.

“Quando comecei a minha vida era diferente, existiam discussões (...). Hoje em dia já aceita e já me respeita, já vê como o meu trabalho. Temos tranquilidade, já não há violência familiar. Tudo está a melhorar” – Sr.^a Soledad, grupo *Warmipa Maki*

“Nao dependemos dos nossos esposos. Ficamos mais independentes. Como mulher posso trabalhar, posso sustentar os meus filhos. Como grupo também nos ajudamos, sempre há alguns problemas e ajudamos-nos. Sempre estamos juntas.” – Sr.^a Yody, grupo *El Mercurio*.

“Melhorou. Em tudo na vida, seja a controlar as emoções, criatividade e família.” – Sr.^a Rosalinda, grupo *Llankay Tuki*

Todos os entrevistados demonstraram uma satisfação positiva relativamente ao CJ. Numa escala de 0 a 10 no que concerne o grau de satisfação, três entrevistas registam o valor 10, dois registam 9 e os últimos três registam o valor 8. Contudo, o aspeto que melhorariam no CJ, de forma unânime, e já mencionado anteriormente, reflete-se na falta de pedidos, falta de clientes, correspondente ao mercado diminuto ainda existente.

V. Conclusões, Contributos e Recomendações

Neste último capítulo apresenta-se o objetivo do estudo e as principais conclusões, respondendo diretamente à questão de partida. Aponta-se o contributo teórico, relacionando-o com pequenas recomendações possíveis, inseridos no tema da investigação.

Pretendeu-se compreender as vertentes teóricas da ES, a sua interligação com o CJ e, por sua vez, relacionar e verificar qual o IS que o mesmo apresenta nos grupos de artesãos peruanos que trabalham diretamente no mercado do CJ. O objetivo da investigação foca a relação entre a qualidade de vida, satisfação e bem-estar social dos artesãos, através de uma lógica do conceito pós-desenvolvimentista de BV, com a introdução de ferramentas de ES, como é o caso do CJ.

A existência de um número elevado de artesãos no Peru, cuja maioria habita em comunidades isoladas, na selva amazónica ou nos andes peruanos, que trabalham em condições precárias, tendo em conta a alta competitividade do comércio peruano e a venda de produtos por valores baixos, demonstram a necessidade de existência de um mercado alternativo que justifica a prática de CJ. Denota-se a vulnerabilidade dos artesãos no mercado, numa economia capitalista, que centra apenas o cariz económico e não o social. Para a análise considerou-se a ES como uma outra economia de dupla dimensão socioeconómico e sociopolítica, que centra a sua ação no cariz social de equilíbrio entre os seres humanos e meio ambiente, respeito pelos direitos humanos e luta pela igualdade (Laville, 2018), esta adquire um lugar de destaque na assistência e melhoria de qualidade de vida dos pequenos artesãos, incapazes de fazer frente ao sistema capitalista de “tubarões” (empresas) monopolistas. O CJ neste aspeto é um mecanismo comercial da ES a que facilmente os artesãos poderão aceder, se lhes forem fornecidos o apoio necessário e as ferramentas corretas.

A questão de partida é: *“Qual o impacto social que o modelo de comércio justo, com base teórica na Economia Solidária, tem na qualidade de vida e no desenvolvimento local de grupos de artesãos do Peru?”*. Após a análise, aferem-se impactos sociais bastante substantivos em diferentes vertentes. Verifica-se que a prática de CJ aumenta o desenvolvimento individual de cada artesão e a capacidade de, por si só, melhorarem as suas vidas. Tendo em conta que lhes é providenciado diferentes temáticas (através de formações) que lhes permite adquirir conhecimentos de gestão, administração, mercado, direitos laborais, subjacente aos direitos humanos, valores de respeito e equilíbrio, entre outros. Desenvolve-se, paralelamente, uma união comunitária, onde a partilha de conhecimentos e valores comuns fomenta a noção de pertença a um grupo, respeito mútuo e respeito cultural. Referente à prática do CJ, concluiu-se que o mesmo não garante sustentabilidade aos artesãos, sendo esta uma frustração constante ao longo do estudo. O facto de ser um mercado

pequeno, ainda com pouca procura, resulta na fraca produção, não garantindo a capacidade de melhoria de qualidade de vida dos artesãos. Contudo, a parte positiva é a transparência do ciclo de produção e capacitação dos artesãos para definirem o justo que têm a receber (matéria-prima e mão de obra). O CJ oferece ainda às mulheres capacidade de independência e emancipação. Através do conceito de BV, depreende-se a relevância da prática de CJ, o respeito pela cultura indígena, técnicas ancestrais, o equilíbrio e o respeito entre o ser humano e o ambiente (*Pachamama*) (Acosta, 2009), comprovada pelo respeito de todas as técnicas ancestrais demonstradas pelos artesãos através da observação participante. O CJ impactou positivamente o rendimento das famílias de artesãos, considerando que o mercado “normal” paga valores inferiores. Detetou-se que o CJ funcionou como um mecanismo de emancipação, providenciando ferramentas económicas e teóricas às mulheres, de forma a não serem dependentes dos seus cônjuges e poderem melhoraras suas vidas. Verifica-se assim, um dos objetivos da ES: a luta contra o patriarcado e a desigualdade (Amaro, 2010). O aumento de rendimento provoca ainda um aumento do poder de compra o que leva, conseqüentemente, a melhorias nas habitações. Relativamente à educação não se aferiu melhorias, tendo em conta que as crianças e jovens relacionadas com a amostra dispunham de acesso à escolarização. Contudo, a análise demonstrou alterações nos valores adquiridos, tanto nos familiares, como nos valores de respeito pelo meio ambiente e ainda conhecimento dos direitos humanos, valores educacionais adjacentes aos princípios do CJ, que passam de geração em geração/que são transmitidos ao longo das gerações.

Pelo fato da composição do estudo de caso ser diminuta e o tempo no terreno curto, levando a uma incapacidade de se obter a realidade específica, a presente análise não pode ser considerada conclusiva. Não obstante, a análise dos dados demonstra a existência de um IS na qualidade de vida dos artesãos, através de determinados benefícios que se gerou nas suas vidas.

Assim, coloca-se a seguinte questão: se os pedidos enquadrados no CJ aumentassem, será que a qualidade de vida dos artesãos poderia melhorar exponencialmente, tendo em conta que é o ponto negativo mais indicado? Por sua vez, surge a necessidade de apoio das instituições para melhorar o reconhecimento do CJ. Exemplo disso é a lei do artesão peruana, que demonstra o pouco apoio das instituições públicas e intervenção do Estado. Apesar de ter sido criada para operar como um instrumento de gestão que permitisse facilitar as técnicas aos artesãos, melhorar a gestão, administração e poder de negociação dos pequenos produtos, carece de capacidade prática, não existindo regulamentação para a prover de capacidade de atuação. Tendo em conta a relevância do BV, inserido nas Constituições da Bolívia e Equador, indica-se uma necessidade de colocar uma

nova perspetiva pós-desenvolvimentista na dimensão política, através de mecanismos alternativos como o CJ, que promovam uma melhoria direta no desenvolvimento local, apoiando a própria cultura e as comunidades. Sugere-se, assim, a conceção de regulamentações que respeitem o BV como medida de melhoramento das comunidades e dos indivíduos.

A aplicação do CJ, almejando alcançar a ideologia de BV, poderá surtir os efeitos necessários na transformação rogada pela ES, com mudanças políticas, económicas, no sistema comercial local e internacional e nas políticas de desenvolvimento local. Com o CJ torna-se possível uma transformação na sociedade que coloque o ser humano no centro, que promova o equilíbrio com os recursos naturais, respeito pelas culturas e técnicas tradicionais, direitos humanos, empoderamento das mulheres e possibilite a construção de uma sociedade mais igualitária, equitativa e justa.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, Alberto (2014) Cap.1: El Buen Vivir, más allá del desarrollo. in G. Ramos (ed.), “Buena Vida, Buen Vivir: Imaginarios alternativos para el bien común de la - humanidad”. (1ªed.)(pt. 21-60)

AMARO, Rogério Roque (2003) “Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”, Cadernos de Estudos Africanos, disponível em <http://cea.revues.org/1573>

AMARO, Rogério Roque (2010) “A Economia Solidária da Macaronésia – Um Novo Conceito”, *Revista de Economia Solidária*, Nº1, 11-29. Editora ACEESA

AMARO, Rogério Roque (2018) “Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Desenvolvimento e... Noflay!” in Cadernos de Estudos Africanos, Dossier temático Nº34 “Desenvolvimento e a Coerências das Políticas”, p 75-111, Centro de Estudos Internacionais

COELHO, Sandra (2017) “Um movimento social em ‘movimento’: as (re) configurações do Comércio Justo” in *Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD*, Nº14, 5-7

ECONOMIA Solidária – “A crise atual e as respostas da Economia Solidária” (2010) *Revista de Economia Solidária*, Nº2 Editora ACEESA

ECONOMIA Solidária – “Apresentação do Conceito” (2010) *Revista de Economia Solidária*, Nº1 Editora ACEESA

ESTEVA, Gustavo (2009) “*Más allá del desarrollo: la buena vida*” em *Revista América Latina em Movimento*, No.445, disponível em <http://www.uasb.edu.ec/UserFiles/369/File/PDF/CentrodeReferencia/Temasdeanalisis2/buenvivirysumakkawsay/articulos/Esteva.pdf> (acedido a 20/09/2018)

FINE (2001) “*Fair Trade Definition and Principles*”, disponível em <http://onevillage.org/fairtradedefinition.pdf> (acedido a 18/05/2018)

FINSTERBUSCH, Kurt (1982) PSYCHOLOGICAL IMPACT THEORY AND SOCIAL IMPACTS, *Impact Assessment*, 1:4, 71-89, disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/07349165.1982.9725491> (acedido a 20/05/2018)

FRANÇA FILHO, Genauto C. de., LAVILLE, Jean-Louis. “*Economia Solidária: uma abordagem internacional*”. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004

GUDYNAS, Eduardo (2014) Cap. 2: El postdesarrollo como crítica y el Buen Vivir como alternativa. In G. Ramos (ed.), “*Buena Vida, Buen Vivir: Imaginarios alternativos para el bien común de la -humanidad*”. (1 ed.)(pt. 61-96)

HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline Mendonça dos (Org.) (2011) “ *Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas*”, Almedina: Coimbra

KUMAR, Krishna (1989) “*Impact Indicators: General Issues and Concerns*” em A.I.D. Program Design and Evaluation Methodology, No 12, U.S. Agency for International Development: Washington

LAVILLE, Jean-louis (2009) “*A Economia Solidária: Um movimento Internacional*” disponível em <http://rccs.revues.org/381>

LAVILLE, Jean-Louis (2018) “*A Economia Social e Solidária*”, Almedina: Coimbra

LITVINOFF, Miles; SNEDKER, Paul (2007) “10 Reasons to Buy Fairtrade”, disponível em [http://clients.squareeye.net/uploads/global/resources/10 Reasons to Buy Fair Trade.pdf](http://clients.squareeye.net/uploads/global/resources/10_Reasons_to_Buy_Fair_Trade.pdf)

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria (2003) “*Fundamentos de metodologia científica*”, Atras: São Paulo, disponível em https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india (acedido a 25/08/2018)

MILLER, Ethan (2010), “*Solidarity Economy: Key Concepts and Issues*” in KAWANO, Emily, MASTERSON, Tom, TELLER-ELLSBERG (Org.) “*Solidarity Economy: Key Concepts and Issues*” Amherst: Center for Popular Economics

MOORE, Geoff (2004) ‘*The Fair Trade movement: parameters, issues and future research.*’ Journal of business ethics. 53 (1-2), p 73-86.

MOYERS, Carlos, BLANCO, Joel, NORIEGA, Claudia, MEZA, Alba (2014) “*Fair Trade – Social Solidarity Economy: an Alternative of Economic Integration*” in INTERNATIONAL Review of Management and Business Research, Vol.3 Issue. 1, p 454-464

NAISBITT, John, NAISBITT, Doris (2016) “*Mudan a no Jogo Global*” Gradiva: Lisboa

NICHOLLS, John (2016) “*Social return on investment – Development and converge*” em Evaluation and Program Planning, 64 (2017) 127-135, disponível em <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0149718916302361?token=7180319481A34C2EAF3A5EE11D5EB5F2A626A8A53C211ECFCD83E8FE5A9ED0226C8A9E287C7F5BCA0A4323B907387C5E> (acedido a 20/08/2018)

ONYX, John (2014) “*A Theoretical Model of Social Impact*” in *Cosmopolitan Civil Societies Journal*, Vol.6, No.1, University of Sydney

PICHARDO, Arlette Muñiz (1993) “*Evaluación del impacto social. El valor de lo humano ante la crisis y el ajuste*”, Humanitas: Buenos Aires

PINHEIRO, Daniel Calbino (2013) “*Economia Solidária: Uma Revisão Teórica a Partir dos seus “Múltiplos Conceitos*” em *Revista NAU Social* - v.3, n.5, p. 87-105

POLANY, Karl. (2016). “*A Grande Transformação: As Origens de Nossa Época*”, Rio de Janeiro: Elsevier Editora.

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van (2005) “*Manual de Investigação em Ciências Sociais*”. Tradução de João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho, Revisão Científica de Rui Santos, Gradiva: Lisboa, disponível em https://www3.ufpe.br/moinhojuridico/images/pesquisa/manual_quivy.pdf (acedido a 25/08/2018)

REDFERN, Andy, SNEDKER, Paul (2002), “*Creating market opportunities for small enterprises: experiences of the Fair Trade movement*”, International Labour Office: Geneva, disponível em http://www.oit.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---ifp_seed/documents/publication/wcms_117707.pdf (acedido a 20/05/2018)

SANTOS, Filipe, CARVALHO, Isabel Lopo, SALVADO, João Cotter (2013). “*Manual para Transformar o Mundo 2ª Ed.*” Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa

SANTOS, Vinícios Correia (2009) “*Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos*” in VI Colóquio Internacional Marx e Engels, Grupo Temático 9 – Trabalho e produção no capitalismo contemporâneo, disponível em https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/da-era-fordista-ao-desemprego-estrutural-.pdf (acedido em 25/05/2018)

SILVA, José-Luís Vaz (2012) “*Liberalismo Económico*”, European Liberal Forum asbl: Faster Print, disponível em <file:///C:/Users/sonia/Desktop/Liberalismo%20economico-PT.pdf> (consultado a 14/05/2018)

SINGER, Paul (2001) “*Economia Solidária versus Economia Capitalista*”, *Jornal Sociedade e Estado*

SINGER, Paul (2002) *“Introdução à Economia Solidária”*, Fundação Perseu Abramo: São Paulo

STIGLITZ, Joseph; CHARLTON, Andrew (2009) *“Comercio Justo para todos”*, Texto Editores: Lisboa

TAMBORRA, Maria Luisa (2002) European Commission: Directorate-General for Research – Environment and sustainable development programme, *“Socio-Economic tools for Sustainability Impact Assessment – The Contribution of EU Research to Sustainable Development”*

TORTOSA, José Maria (2009) *“SUMAK KAWSAY, SUMA QAMAÑA, BUEN VIVIR”*, Instituto Universitario de Desarrollo Social y Paz, Universidad de Alicante, Fundación Carolina

TORTOSA, José Maria (2011) *“Maldesarrollo como Mal Vivir: Pobreza y violencia a escala global”*, Abya-Yala: Quito

WALKER, Robert K. (2002) *“Produzindo Impacto Social”*, E.P.U: Lisboa

WORLD TRADE ORGANIZATION (2014) “World Trade Report”, disponível em https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/wtr14-2b_e.pdf (acedido a 25/05/2018)

YING, Robert K. (1994) *“Case study research – Design and Methods”*, Sage: London

Anexos A

Guiões de Entrevistas:

Guião de Entrevista à Associação *Bridge of Hope – Red Uniendo Manos*:

1. Em que consiste a Associação *Bridge of Hope – Red Uniendo Manos*?
2. Porquê trabalhar com o Comércio Justo?
3. Como surgiu o movimento do Comércio Justo no Perú e em que consiste?
4. No que concerne a Sociedade Civil, tem existido um aumento da prática de Comércio Justo no Peru?
5. Quais são as resistências/dificuldades às práticas de Comércio Justo?
6. Qual a posição da Administração Pública para o Comércio Justo?
7. Quais eram as principais problemáticas das comunidades de pequenos produtores/artesãos que foram identificadas e que poderiam ser colmatadas com a utilização do Comércio Justo?
 - 7.1. Como foram localizadas as comunidades para trabalhar no CJ?
 - 7.2. Quais os critérios de avaliação?
8. As comunidades e áreas que trabalham atualmente com o Comércio Justo detinham alguma relação com empresas? Se sim, como reagiram as empresas?
9. Após implementação da prática de Comércio Justo foram identificadas melhorias no bem-estar das pessoas afetadas ao mesmo?
10. Acredita que o Comércio Justo pode servir como um motor de Desenvolvimento?

Guião de Entrevistas aos Artesãos:

1. Introdução da prática de Comércio Justo
 - 1.1. O que significa para si Comércio Justo?
 - 1.2. Como começou a trabalhar numa comunidade de Comércio Justo?
 - 1.3. Quando começou a trabalhar foi-lhe transmitido os princípios do Comércio Justo?
2. Realidade do trabalho no Comércio Justo
 - 2.1. O que fazia antes de trabalhar no artesanato de Comércio Justo?
 - 2.2. Como é o seu dia-a-dia no trabalho? Que tipo de atividades faz?
3. Rendimentos

- 3.1. Quanto era o seu rendimento antes de trabalhar no Comércio Justo?
- 3.2. Quanto é o seu rendimento depois de trabalhar no Comercio Justo?
4. Condições de Vida: Acesso a bens essenciais:
 - 4.1. Habitação: A sua habitação melhorou depois de começar a trabalhar no Comércio Justo?
 4. Condições de Vida: Acesso a bens essenciais:
 - 4.1. Habitação:
 - 4.1.2. Gostaria de alterar a sua habitação? (Se for pertinente)
 - 4.2. Saneamento básico: As condições de saneamento básico alteraram-se quando passou a trabalhar para o Comércio Justo?
 - 4.3. Bens de Consumo
 - 4.3.1. Conseguia comprar bens essenciais antes do Comércio Justo?
 - 4.3.2. Depois do Comercio Justo aumentou o seu poder de compra? Se sim, que alterações teve nas compras que faz?
 - 4.4. Acesso à escolarização: Houve alterações na educação das crianças e jovens com o Comércio Justo?
 - 4.5. Acesso à saúde: Houve alterações no acesso à saúde com o Comercio Justo?
 5. Satisfação (Bem-estar social)
 - 5.1. O seu bem-estar melhorou ou piorou quando começou a trabalhar através do mecanismo de Comércio Justo?
 - 5.2. Sente satisfação no trabalho que faz com o Comércio Justo? Escala de 0 a 10
 - 5.3. O que gostaria de acrescentar ou mudar no Comercio Justo?
 6. Prática de Comércio Justo: Como funciona na comunidade (questões que se fazem apenas aos líderes dos grupos de artesãos)
 - 6.1. Como é o ciclo de produção do que faz? (pedido, produção, envio)
 - 6.2. Como é a divisão de trabalhos no âmbito de Comércio Justo?
 - 6.3. Quantas horas trabalha por dia atualmente?
 - 6.4. Quantas horas trabalhava antes de trabalhar no Comércio Justo?

Anexos B

Tabela B.1: Ficha técnica horizontal Nº1: “Introdução da prática de Comércio Justo”.

Ficha técnica por pergunta Pergunta 1 1. Introdução da prática de Comércio Justo 1.1. O que significa para si Comércio Justo?		Ficha técnica por pergunta Pergunta 1. Introdução da prática de Comércio Justo 1.2. Como começou a trabalhar numa comunidade de Comércio Justo?		Ficha técnica por pergunta Pergunta 1: 1. Introdução da prática de Comércio Justo 1.3. Quando começou a trabalhar foi-lhe transmitido os princípios do Comércio Justo?	
Entrevistados Nº	Ideias-chave	Entrevistados Nº	Ideias-chave	Entrevistados Nº	Ideias-chave
1	É uma ponte onde os trabalhos artesanais são valorizados. É um espaço onde temos a possibilidade de valorizar o nosso próprio trabalho feito à mão. É uma oportunidade de crescer como pessoa, família, com a capacidade de fornecer para o nosso lar. Podemos ajudar todas as pessoas e partilharmos experiências, novas histórias. Um espaço para socializar.	1	Através da rádio. Ouvi um aviso pela rádio para tecedores para casacos e a partir daí começou o Comércio Justo.	1	Sim
2	CJ dá-nos o mais importante como mulher, faz com que sejamos valorizadas e nos desenvolvamos como mulheres	2	Vim viver para aqui (La Oroya) por causa dos estudos dos meus filhos (vivía num Pueblo ainda mais pequeno). Conheci a Sr Soledad que me convidou e ensinou (a tecer)	2	Sim
3	É uma ajuda que nos assiste nas nossas necessidades para o grupo, dá-nos apoio	3	Contacto da Senhora Soledad, é prima.	3	Sim
4	É algo essencial porque tanto para o cliente como para o produtor, o cliente pode adquirir os produtos com facilidade e para nós (os produtores), os mesmos vendem-se melhor.	4	Existia independência em Huancayo e procuravam pequenos “pueblos” de artesãos – Associação contactada com o Comércio Justo. CEPRO/CEDRO - instituição pública (ONG) – Procuravam artesãos que não detivessem uma loja física para que estes trabalhassem no Comércio Justo. A ONG já trabalha há 12 anos.	4	Sim. Se aceitamos os princípios estamos a trabalhar no CJ, se não aceitamos os princípios não podemos trabalhar no âmbito do CJ. O que significa que somos capacitados para os princípios e estes são passados para a família e altera a educação
5	Um apoio para todo o grupo. Agora baixou... no início tínhamos muito trabalho. Há 7 anos tinha pedidos 2, 3 vezes por ano.	5	Um jovem de Huancayo procurava pessoas que faziam artesanato. Da mesma associação que trabalham hoje- red uniendo manos peru.	5	Sim foram capacitados com os princípios. Aprenderam a melhorar a qualidade dos productos. Não sabiam como fazer os produtos e foram ensinados os valores dos direitos humanos e direitos dos trabalhadores.
6	Querem mais comércio justo. Dá-nos mais clientes e mais artesanato. Mais dinheiro, o preço aumenta.	6	Associação primeiro de artesanato – sr ezequiel e depois começaram a trabalhar em cj.	6	Sim
7	Tem que ser justo. Os preços e a quem se dirigem, sem discriminação	7	O grupo começou por necessidade económica. Há alguns anos: 2000/2004/2005 – ATIPA, uma ONG com uma professora que era sócia na Rede (Associação) de Comercio Justo. Tivemos de aprender o que era o artesanato, novos estilos e formas de trabalhar durante 1 ano e depois desse ano fizemos umas amostras de natal. Ruth dos EUA, fez o pedido e nessa altura eramos 2 pessoas. Um pedido de 300 pacotes e necessitávamos gente. Aí o grupo cresceu até 7 pessoas. Aprendemos a mexer na internet, no telemóvel para comunicarmos com o cliente. Através da rede mas com a Sr Ruth. Chegámos até 40 pessoas a trabalhar com o Comercio Justo. Sempre brincados.	7	Sim
8	Como indica é um comércio que é justo.	8	Foi convidada por uma senhora quando o grupo já produzia bastante.	8	Sim

Tabela B.2: Ficha técnica horizontal N°2: “*Realidade do trabalho no Comércio Justo*”

Ficha técnica por pergunta Pergunta 1: 2. Realidade do trabalho no Comércio Justo 2.1. O que fazia antes de trabalhar no artesanato de Comércio Justo?		Ficha técnica por pergunta Pergunta 1: 2. Realidade do trabalho no Comércio Justo 2.2. Como é o seu dia a dia no trabalho? Que tipo de atividades faz?	
Entrevistados N°	Ideias-chave	Entrevistados N°	Ideias-chave
1	Dedicava-se a casa, tecia mas era hobby.	1	O dia a dia é procurar mais amostras (novas ideias de produtos e designs) para colocar no mercado.
2	Trabalhava em casa e tomava conta dos filhos.	2	Sem trabalho. Começou a limpar (é preciso alguém que limpe os trabalhos das mulheres que tecem) e agora faz “acabados” nos produtos que são pedidos. É um trabalho temporário e depende de pedidos.
3	Tecia. Fazia pedidos já para outras pessoas, que lhe pagavam um pouco menos (que o Comércio Justo)	3	O dia-a-dia é passado a tecer. Trabalhava na tecelagem durante a tarde e pela manhã nas “suas coisas” (lides domésticas e filhos)
4	Sempre trabalhou no arteanado. “Alfombras” - Produção para os Estados Unidos (com o empresário Jonathan Adler)	4	Selecionam os materiais e começam a trabalhar para produzir mais produtos para a loja física. Contudo se existe algum pedido do CJ começam a trabalhar no pedido.
5	Já exportavam os produtos numa outra empresa que tinha trabalhadores de artesanato. Existem pessoas que continuam a trabalhar lá. Saíram porque queriam ser mais independentes – pela família e para melhorar um o nível de vida.	5	Todos os dias fazem artesanato. Há sempre onde vender, não só para o CJ.
6	Sempre trabalharam em artesanato. Mas os preços eram mais baixos.	6	Depois das 9h e até as 16h estão sempre a tecer, maioritariamente em casa.
7	Tinha tecidos, vendia em Huancavelica. Ia vender ao mercado, o preço dos produtos era mais barato.	7	Cada elemento trabalha e tece na sua casa.
8	Era doméstica.	8	Todos os dias trabalhamos na elaboração de produtos das 15h às 19h.

Tabela B.3: Ficha técnica horizontal N°3: “*Rendimentos*”

Ficha técnica por pergunta Pergunta 3: 3. Rendimentos 3.1. Quanto era o seu rendimento antes de trabalhar no Comércio Justo?		Ficha técnica por pergunta Pergunta 3: 3. Rendimentos 3.2. Quanto é o seu rendimento depois de trabalhar no Comercio Justo?	
Entrevistados N°	Ideias-chave	Entrevistados N°	Ideias-chave
1	Não tinha rendimentos	1	Agora, economicamente, não é muito, mas têm capacidade económica. No tempo livre trabalha-se no comércio justo. (No mercado nacional pagariam 1 ou 2 soles e no CJ pagam 3,50 soles - por hora - de acordo com o saldo mínimo).
2	Não tinha rendimentos. Dependia do esposo.	2	Já tem a capacidade de levar algo para a sua casa. Deixou de ser dependente do esposo.
3	Não trabalhava e não tinha rendimentos.	3	Diminui as necessidades. Tem o seu rendimento quando trabalha para o Comércio Justo
4	Complementa-se o trabalho com a loja física onde vendem os produtos que elaboram. Antes do CJ já detinha rendimento da loja física que possuem. (Importa referir que trabalham há 12 anos no CJ)	4	Eles (CJ) procuram ajudar a desenvolver algumas amostras (amostras de um novo produto, sendo que conhecem melhor o mercado) – por isso o rendimento altera-se. Existe contudo a necessidade de inovar para continuar a receber rendimento.
5	Por dia ganhavam 15, 20 soles, mais ou menos, como o saldo mínimo.	5	CJ tem um preço para cada produto, e por isso consegue-se obter mais dinheiro. Porque o que se contabiliza são as horas em que se trabalha um produto e por produto.
6	Recebem menos em artesanato normal (mercado peruano) do que quando trabalham com pedidos do CJ.	6	Recebem mais com o CJ.
7	Tecia uma chompa (casaco) que ficava a 15 soles no mercado peruano e vendia de vez em quando, quando conseguia.	7	Passou a ser paga. Tinha um rendimento mais certo cada vez que se recebem pedidos.
8	Não, era dona de casa	8	Se necessitarem já existe dinheiro para a casa e para os filhos.

Tabela B.4: Ficha Técnica horizontal Nº 4 – parte I “*Condições de Vida: Acesso a bens essenciais*”

Ficha técnica por pergunta Pergunta 4: 4. Condições de Vida: Acesso a bens essenciais: 4.1. Habitação: A sua habitação melhorou depois de começar a trabalhar no Comércio Justo?		Ficha técnica por pergunta Pergunta 4: 4. Condições de Vida: Acesso a bens essenciais: 4.1. Habitação: 4.1.2. Gostaria de alterar a sua habitação? (Se for pertinente)		Ficha técnica por pergunta Pergunta 4: 4. Condições de Vida: Acesso a bens essenciais: 4.2. Saneamento básico: As condições de saneamento básico alteraram-se quando passou a trabalhar para o Comércio Justo ?	
Ent. Nº	Ideias-chave	Ent. Nº	Ideias-chave	Ent. Nº	Ideias-chave
1	Económicamente mudou porque começou a ter capacidade de comprar coisas para casa. A família mudou, porque o CJ não é muda apenas aspetos economicos. Passou a ser respeitada. Os valores mudaram porque fui capacitada com os direitos e deveres e que não tinha conhecimento (previamente apenas tinha o dever com a casa e com os filhos. Cresceu e valorizou-se.	1	Não creê que queira mudar. Mas gostava de ter mais pedidos e mais pessoas que trabalhassem no CJ para os ajudar. Desde que chegou (à casa que antes era da mãe do marido) a sua casa mudou, aos poucos, por isso não vê necessidade de mudar.	1	Já tinham e nao houve alterações.
2	Mudou o apoio que pode dar aos seus filhos e ao seu esposo.	2	Não	2	Nada mudou. Já tinha antes.
3	Não mudou.	3	x (Não foi elaborada a pergunta tendo em conta que a habitação não se alterou)	3	Já tinha. Contudo os serviços higiénicos melhoraram um pouco.
4	Ajuda a família a elaborar mais produtos ou seja mais trabalho, mas a casa em si não se alterou.	4	x (Não foi elaborada a pergunta tendo em conta que a habitação não se alterou)	4	Já tinham antes de trabalhar no Comércio Justo.
5	Vivia em casa da sua mãe e agora vive com o esposo. Consegue melhorar a sua casa e de toda a família.	5	x (Não foi elaborada a pergunta tendo em conta que mudou de casa e tudo se alterou)	5	Antes não tinha, mas agora já têm, o CJ ajudou.
6	A habitação melhorou um pouco, apesar de não receberem muitos pedidos.	6	x (Não se demontrou vontade da alterar a habitação)	6	Têm serviços de saneamento básico. E ficou igual, não se alterou
7	Com capacidade económica conseguiram comprar mais coisas para a casa.	7	x (Não se demontrou vontade da alterar a habitação)	7	Sempre tiveram serviços de saneamento básico.
8	Passou a ter apoio da Red Uniendo Manos e mais apoio monetário.	8	x (Não se demontrou vontade da alterar a habitação)	8	Já tinha

Tabela B.5: Ficha Técnica horizontal Nº 4 – parte II “Condições de Vida: Acesso a bens essenciais”.

Ficha técnica por pergunta Pergunta 4: 4. Condições de Vida: Acesso a bens essenciais: 4.3. Bens de Consumo 4.3.1. Conseguia comprar bens essenciais antes do Comércio Justo?		Ficha técnica por pergunta Pergunta 4: 4. Condições de Vida: Acesso a bens essenciais: 4.3. Bens de Consumo 4.3.2. Depois do Comercio Justo aumentou o seu poder de compra? Se sim, que alterações teve nas compras que faz?		Ficha técnica por pergunta Pergunta 4: 4. Condições de Vida: Acesso a bens essenciais: 4.4. Acesso à escolarização: Houve alterações na educação das crianças e jovens com o Comércio Justo?		Ficha técnica por pergunta Pergunta 4: 4. Condições de Vida: Acesso a bens essenciais: 4.5. Acesso à saúde: Houve alterações no acesso à saúde com o Comercio Justo?	
Ent. Nº	Ideias-chave	Ent. Nº	Ideias-chave	Ent. Nº	Ideias-chave	Ent. Nº	Ideias-chave
1	O esposo era o único que trazia comida e dinheiro para casa.	1	Em pequenas proporções já conseguia comprar outro tipo de comida. Dependendo do pedido e do dinheiro que recebia podia comprar outras coisas que não conseguia. O grupo deixou de esperar pelo esposo para comprar alimentos. São as mulheres que compram o que é necessário, quando recebem do pedido. Quando há produção “colocam pilhas” para a energia. Deixa de ter tempo e passa a ser o esposo a ir ao mercado, deixa-lhe um recado e ele vai, antes disso não acontecia. Não passamos a comprar outras coisas mas a quantidade mudou.	1	Sempre foram à escola, mas passaram a estar dentro do Comércio Justo, têm de ajudar a família e acabam por crescer e aprender. Aprenderam a ter noção de que é preciso trabalhar e ajudar em casa para ter mais dinheiro. Contribuí para a educação dos filhos. Limpam, trabalham e aprendem outra noção da família e da casa.	1	Não houve mudanças. Têm outras possibilidades por termos mais capacidade financeira se ficarmos doentes, mas quase não ficamos.
2	Dependia do seu esposo.	2	Apoia em alimento também, não só o esposo.	2	CJ capacita para que tratem melhor dos filhos. Transmite formações.	2	Tem mais capacidade económica por isso tem mais acesso.
3	Dependia do seu esposo e tinha que esperar que ele fornecesse o dinheiro.	3	Tinha capacidade para comprar o que era necessário na sua casa.	3	Não se mudou.	3	Não
4	Antes já conseguia, mas agora com o CJ conseguem comprar mais matérias-primas.	4	Com o dinheiro do Comércio Justo compram mais materiais para produzir mais. Gostariam de ter mais dinheiro para ter mais poder de compra.	4	Não houve alterações. A família também trabalha no artesanato e adquiriram o conhecimento.	4	Não houve alterações. Não adoecem.
5	Antes já conseguia pagar.	5	Aumentou um pouco.	5	Sempre estudaram. Também sabem os princípios de Comércio Justo.	5	Não ficam doentes.
6	Não têm muito porque têm poucos pedidos e quase o que recebem é para sustentabilidade da produção.	6	Ajuda sempre quando têm muitos pedidos conseguem comprar mais roupa e outras coisas que precisem.	6	Não houve alteração. Já iam à escola.	6	Não houve alterações.
7	Não.	7	Sim, passaram a conseguir comprar as coisas para a casa, para filhos e os bens essenciais.	7	Ajuda porque já não é só o esposo. Os filhos vêm as mães a trabalhar e os valores que lhe são partilhados. Fazem com que cresçam com outras ideias.	7	Têm seguro do Estado e não gastam dinheiro com a saúde porque não adoecem.
8	Não, dependia do seu esposo.	8	Já consegue comprar os bens essenciais sem estar dependente.	8	Pode ter alguma influência na vida dos seus filhos, pelos valores.	8	SIS – sistema de salud del gobierno. Já têm sistema de saúde

Tabela B.6: Ficha técnica horizontal Nº5 “Satisfação (Bem-estar social) ”.

Ficha técnica por pergunta Pergunta 5. Satisfação (Bem-estar social) 5.1. O seu bem estar melhorou ou piorou quando começou a trabalhar através do mecanismo de Comércio Justo?		Ficha técnica por pergunta Pergunta 5. Satisfação (Bem-estar social) 5.2. Sente satisfação no trabalho que faz com o Comércio Justo? Escala de 0 a 10 (Justificação se assim o pretenderem)		Ficha técnica por pergunta Pergunta 5. Satisfação (Bem-estar social) 5.3. O que gostaria de acrescentar ou mudar no Comercio Justo?	
Entrevistados Nº	Ideias-chave	Entrevistados Nº	Ideias-chave	Entrevistados Nº	Ideias-chave
1	Quando começou no CJ a vida era diferente, existiam discussões. Começou como tecedora, para sair de casa tinha que levar os filhos porque o esposo não queria ficar com eles. Não queria regressar porque o espaço (onde tecia) era positivo e a fazia sentir bem. Quando demorava a regressar o esposo não gostava. Hoje em dia já aceita e já respeita, já vê como se fosse o seu trabalho. Têm a tranquilidade, já não há violência familiar. Tudo está a melhorar	1	10. Justificação: Tem a liberdade, não há muito dinheiro, mas tem a liberdade de conhecer e fazer como quiser. O Comercio Justo foi uma oportunidade de se melhorar como pessoa, faz o que gosta. Não sabia sobre CJ, e no mercado peruano não valorizam o trabalho dos artesãos, pagariam 1 ou 2 soles.	1	Esta bem. Não o mudaria. Até agora funciona. Acrescentar outros mercados mas sem mudar o CJ!
2	Melhorou. Porque oferece valores sobre os produtos. O nosso esforço é importante com o CJ.	2	10. Justificação: Graças ao CJ pode contribuir para a sua vida. É capacitada e conhece pessoas diferentes, e experiencias de vida, aprendendo com isso.	2	Não gostava de mudar nada. Encontra-se satisfeita
3	Melhorou	3	9. sem justificação.	3	Mais trabalho, visto que há poucos pedidos.
4	Sempre melhora. Ainda que existam poucos pedidos, mas quando existem têm a certeza que existe sustentabilidade. Vender na nossa loja é por unidade, no que diz respeito ao comercio justo é por quantidade.	4	8. sem justificação	4	Captar mais clientes! Ter mais pedidos.
5	Melhorou. Em tudo na vida, controlar as emoções, criatividade e família.	5	8. sem justificação	5	Que existam mais pedidos. Mais clientes.
6	Melhorou. (O bem estar social de cada uma das entrevistadas melhorou, cada uma mostrou sinais afirmativos.)	6	10. Porque ajuda os artesãos sempre. Quando há muitos pedidos.	6	Aumento de pedidos e os preços mais elevados.
7	Nao dependem dos esposos. Ficam mais independentes. Como mulher pode trabalhar, pode sustentar os meus filhos. Como grupo tambem se ajudam, sempre há alguns problemas e ajudam-se. Sempre estão juntas.	7	8	7	Mais empenho por parte de la Red (Ponte com pedidos) para que tenham mais pedidos A Red deve procurar novos mercados e novos clientes.
8	Melhorou	8	9	8	

Tabela B.7: Ficha técnica horizontal N° 6: “Prática de Comércio Justo: Como funciona no Grupo”.

Ficha técnica por pergunta Pergunta (Só se faz aos líderes do Grupo de Artesãos) 6. Prática de Comércio Justo: Como funciona no Grupo 6.1. Como é o ciclo de produção do que faz? (pedido, produção, envio)		Ficha técnica por pergunta Pergunta (Só se faz aos líderes do Grupo de Artesãos) 6. Prática de Comércio Justo: Como funciona no Grupo 6.2. Como é a divisão de trabalhos no âmbito de Comércio Justo?		Ficha técnica por pergunta Pergunta (Só se faz aos líderes do Grupo de Artesãos) 6. Prática de Comércio Justo: Como funciona no Grupo 6.3. Quantas horas trabalha por dia atualmente?		Ficha técnica por pergunta Pergunta (Só se faz aos líderes do Grupo de Artesãos) 6. Prática de Comércio Justo: Como funciona no Grupo 6.4. Quantas horas trabalhava antes de trabalhar no Comércio Justo?	
Ent. N°	Ideias-chave	Ent. N°	Ideias-chave	Ent. N°	Ideias-chave	Ent. N°	Ideias-chave
1	O pedido vem através da Associação – Red Uniendo Manos – depois têm o tempo de prazo para entregar e depois vai para Lima.	1	Srª Soledad faz a divisão (como líder). Faz a divisão pelas companheiras que tecem.	1	Depende dos pedidos, há pedidos grandes e pequenos. Os pedidos não são constantes. Com a crise também não houve pedidos. Mas como têm as lides domésticas, por volta de 4h/5h por dia, menos quando o pedido é urgente e trabalham a noite toda.	1	Não trabalhava.
2	x	2	x	2	x	2	x
3	x	3	x	3	x	3	x
4	Chega o pedido, vêm a quantidade e a capacidade de elaborar o pedido (ex: chalinas – casacos – precisam de 2 a 3 telares) analisam quanto tempo demora a fazer o produto, quanto tem de pagar aos operários (e se lhes é conveniente) se trabalham rápido, sempre por produto; o controlo de qualidade faz-se durante todo o processo de produção – depois de terminado o produto envia-se para Lima e por último para o cliente.	4	Divide-se por lotes – todos fazem o mesmo. Cada operário 1 produto (dependendo do pedido)	4	8h pelo menos, as vezes mais, trabalham quando tem de ser.	4	Trabalhava igual as 8h porque trabalhava em artesanato em casa
5	Pedido, produção, envio a Lima. O preço é feito por produto	5	O esposo da Sra Rosalinda queima e desenha. A Sra Rosalinda trabalha nos “mates”. Há outras pessoas que sabem desenhar, outros lavam e partilham sempre o trabalho.	5	Das 8h até as 17h	5	Igual. Das 8h até as 17h
6	Pedido, produção, envio a Lima. Preço por pedido/produto	6	Repartem o trabalho e cada um trabalha em sua casa	6	Igual. Das 9h as 16h.	6	Igual. Das 9h às 16h
7	Pedido, produção, envio a Lima. Preço por pedido/produto	7	Repartem o trabalho pelo grupo e cada um faz um produto	7	Sempre das 15h às 19h.	7	Não trabalhavam.
8	x	8	x	8	x	8	x